



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CRISTINA BUNN JUNCKES

**ANÁLISE DA GUERRA COMERCIAL COM A CHINA NO GOVERNO TRUMP
SOB A ÓTICA DO REALISMO**

FLORIANÓPOLIS

2022

ANA CRISTINA BUNN JUNCKES

**ANÁLISE DA GUERRA COMERCIAL COM A CHINA NO GOVERNO TRUMP
SOB ÓTICA DO REALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.
Professora orientadora: Patrícia Ferreira Arienti.

FLORIANOPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Junckes, Ana Cristina

ANÁLISE DA GUERRA COMERCIAL COM A CHINA NO GOVERNO
TRUMP SOB A ÓTICA DO REALISMO / Ana Cristina Junckes ;
orientador, Patrícia Ferreira Arienti, 2022.

1 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Realismo. 3. Guerra
comercial. 4. China. 5. Estados Unidos. I. Ferreira
Arienti, Patrícia. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

ANA CRISTINA BUNN JUNCKES

**ANÁLISE DA GUERRA COMERCIAL COM A CHINA NO GOVERNO TRUMP
SOB ÓTICA DO REALISMO**

Florianópolis, 28 de abril de 2022

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Banca examinadora:

Professora Patrícia Ferreira Arienti
(Orientadora)

Professor Marcio Voigt
Avaliador(a)

Professora Janypher Marcela Inacio Soares
Avaliador(a)

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora

Prof^a Patricia Ferreira Arienti
Orientador (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de abril de 2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, por todas as oportunidades que me foram ofertadas ao longo de minha vida. Pela educação de qualidade, por sempre me darem o melhor e não pouparem esforços para que eu conseguisse aquilo que eu sonhava. Por sempre me darem mais que o necessário, e também por sempre acreditarem em mim. E ao meu irmão, por sempre estar presente e acreditar em mim.

Gostaria também de agradecer a minha família, avós, tios e primos, por sempre me proporcionarem momentos alegres e divertidos em família, por serem sempre tão parceiros e por sempre me ajudarem naquilo que fosse necessário. Agradeço todos os dias por ter uma família tão unida, obrigada.

Aos meus amigos, sejam eles do curso de Relações Internacionais ou não, pelos momentos de festa, café de tarde na UFSC, manhãs e tardes na BU, passeios de fim de semana e sábados de pizza. A graduação não teria sido a mesma sem a presença de vocês nela. Agradeço sempre por ter encontrado pessoas tão maravilhosas na qual eu pude dividir os melhores anos da minha vida. E também aos meus colegas de turma e demais colegas de curso, todos vocês em algum momento foram muito importantes para mim, fico feliz de termos cruzado nossos caminhos.

Aos demais amigos, que sempre tiveram por perto, seja de forma física ou não, obrigada por toda a parceria, principalmente durante a quarentena, e por fazerem esse momento tão pesado ficar mais leve com nossas conversas de madrugada, risos jogados fora e jogos online. Amo ter conhecido vocês.

Aos meus amigos de intercambio na Alemanha, por toda a parceria, por toparem meus passeios em cima da hora, minhas ideias de viagens loucas, pelos perrengues que passamos juntos e gafes que fizemos em língua alemã, por terem tornado essa experiência fora do país mais leve e mais divertida, muito obrigada. Esse momento da minha vida será sempre lembrado como um dos melhores que eu já tive, e fico feliz de ter compartilhado ele com vocês.

A todos os professores com qual eu tive contato, pelo aprendizado adquirido, mesmo que em alguns momentos eu não tenha sido a aluna que eles merecessem ter, meu muito obrigada por serem bons professores e por manterem a qualidade de ensino sempre alta. Jamais serão esquecidos.

A minha prima Maria Fernanda, por me ajudar de forma tão altruísta e dedicada, na formatação deste trabalho com as normas da ABNT, muito obrigada pela ajuda e pela parceria da qual sempre tivemos.

A minha professora orientadora, Patrícia, que me acompanha desde a primeira fase como minha professora e como coordenadora do grupo INEU, no qual eu fiz parte durante toda a minha graduação, muito obrigada por toda a troca que tivemos durante esses anos todos, aprendi muito com você.

E por último, porém não menos importante, gostaria de agradecer a Universidade Federal de Santa Catarina, na qual faz parte da minha vida desde 2002, quando eu comecei como aluna do Colégio de Aplicação com 7 anos de idade, por ser como uma segunda casa e uma segunda mãe para mim. Aprendi nos corredores e ruas desta universidade coisas que jamais aprenderia em outro lugar, fiz amizades duradouras, experiências incríveis e tive o privilégio de ter crescido e de ter toda a minha escolaridade e educação em uma instituição pública, gratuita e de qualidade na qual faz parte das melhores universidades, não só do Brasil como também da América Latina. Obrigada por esses 20 anos incríveis na qual eu jamais irei esquecer. Deixar a UFSC para seguir outro caminho será um desafio em tanto, mas precisamos entender que ciclos fazem parte da vida, e eu sempre serei grata a esta instituição por tudo.

“A guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios”

Carl Von Clausewitz

“Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor”

Johan Wolfgang Von Goethe

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem, como objetivo principal, analisar a guerra comercial dos EUA com a China sob a teoria do realismo, como também trazer a visão realista/nacionalista do comércio exterior. Para a realização deste trabalho utilizei de fontes acadêmicas e de autores que trazem a teoria realista das relações internacionais, como também a teoria do comércio internacional como também fontes de notícias sobre a relação comercial entre os Estados Unidos e a China, e como elas se desenvolveram durante o período do governo de Donald Trump. Com isso cheguei ao resultado de que em vários momentos os Estados Unidos seguiram de fato a lógica comercial realista, como apresentado no ultimo capítulo deste trabalho.

Palavras-chave: EUA, China, guerra comercial, realismo, política externa.

ABSTRACT

The present paper, has as its main objective to analyse the US Trade War with China under the theory of realism, as well as bringing a realistic/nationalist vision of a foreign trade. For the accomplishment of this work I used academic sources and authors that bring the realist theory of international relations, as well as the theory of international trade, as well as sources of News about the commercial relationship between the United States and China, and how they developed during the period of Donald Trump's administration. With that I arrived at the result that in several moments the United States did follow the realistic commercial logic, as presented in the last chapter of this work.

Key-words: USA, China, trade war, realism, foreign policy.

LISTA DE SIGLAS

ADMs – Armas de destruição em massa

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CS – Conselho de Segurança da ONU

EUA - Estados Unidos da América

FED – Sistema de reserva federal dos Estados Unidos

FMI – Fundo Monetário Internacional

NAFTA – Acordo Norte Americano de Livre Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

URSS – União Soviética

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A TEORIA REALISTA	13
2.1. O realismo segundo E. H. Carr.....	16
2.1.1. A crítica realista	16
2.1.2. A crítica realista do Internacionalismo segundo E. H. Carr	19
2.1.3. As limitações do Realismo segundo E. H. Carr.	20
2.2. O realismo segundo Hans Morgenthau	21
3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL	25
3.1 A importância do Mercado.....	25
3.2. A perspectiva nacionalista/realista do mercado segundo Gilpin.....	26
3.3. A importância do comércio segundo Gilpin	27
3.4. A teoria nacionalista/realista do comércio internacional segundo Gilpin	28
3.5. Livre comércio <i>versus</i> protecionismo segundo Gilpin	29
3.6. A política comercial estratégica segundo Gilpin	31
3.7. A natureza das multinacionais segundo Gilpin	32
3.8 Deterioração dos termos de troca e a posição dos países subdesenvolvidos	33
3.9 Comercio Internacional segundo Susan Strange.....	33
3.10 Comercio internacional	34
3.11 Crescimento rápido	35
3.12. Crescimento desigual	36
3.13. Mudança de serviços.....	36
3.14. Participação desigual.....	37
3.15. Sem padrões de regra	38
3.16. Termos de troca	39
3.17. O que é um acordo comercial?	40
3.18. Quais são os tipos de acordos comerciais?	40
3.19. Quais as principais regras de um acordo comercial?	41
4. GUERRA COMERCIAL ESTADOS UNIDOS X CHINA	42
4.1. Histórico da relação comercial entre Estados Unidos e China.....	42
4.2. Como começou.....	44
4.3. O que é uma guerra comercial? E o que é essa guerra entre Estados Unidos e China?	45
4.4. O desfecho da guerra comercial na era Trump.....	49
5. ANALISANDO A GUERRA COMERCIAL PELA TEORIA REALISTA	51
5.1 O pedido de Trump para que empresas estadunidenses saiam da China	51

5.2 Tarifas sobre produtos chineses	52
5.3 Acusação dos EUA em relação a desvalorização do yuan	52
5.4 A economia dos EUA como de interesse mundial	53
5.5 A procura dos EUA por outros países que possam suprir as suas demandas.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Durante o mandato de Donald Trump como 45º presidente dos Estados Unidos, no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2021, muito se foi falado e comentado sobre a guerra comercial que o até então presidente travou com a China. O objetivo desta guerra era o aumento de tarifas de produtos chineses nos Estados Unidos com a finalidade de diminuir o déficit em que os Estados Unidos se encontravam com a China, e também de aumentar a produtividade interna, uma vez que os produtos chineses entrariam mais caros nos Estados Unidos e a competitividade entre eles aumentaria.

Em função disto, devemos também nos atentar a importância que tem o Comércio Internacional para o desenvolvimento dos países. Segundo Sarquis (2011), as relações entre comércio e crescimento econômico tem sido objeto de estudos das ciências econômicas desde o seu desconhecimento, assim como já aparecem nas obras de Adam Smith. Fazem parte dos principais temas das agendas econômicas internacionais dos países. Afinal, as análises feitas em relação ao comércio e o crescimento contribuem com a formulação de estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional dos países. Desta forma, podem ter repercussões aplicadas para as políticas externas, econômicas, comercial e industrial, dentre outras (Sarquis, 2011).

Seguindo com Sarquis (2011), o comércio internacional alterna ciclos de maior e menor expansão da troca comercial, como também a diferentes regimes de comércio. O comércio e o crescimento econômico conceberam oportunidades recíprocas, um alimentando o outro, em uma escala cada vez mais global. Desta forma, estudos sobre o comércio e do crescimento foram ganhando força nas décadas de 1980 e 1990. Desde então, se reconstruíram os argumentos de que o comércio internacional traz benefícios para o crescimento (Sarquis, 2011).

Meu objetivo com este trabalho é verificar a presença de elementos da teoria realista/nacionalista na guerra comercial travada entre ambos os países. Para a realização no mesmo, utilizei de fontes como autores acadêmicos, livros, dicionários e notícias sobre a guerra comercial. Com esses materiais pude descrever e explicar os fenômenos por mim escolhidos, como a teoria realista e do comércio, e também chegar a conclusões daquilo que eu tinha como meu objetivo.

Meus objetivos específicos eram trazer um pouco da teoria realista na qual usei para fazer a análise da guerra comercial, como apresentada no primeiro capítulo, trazer o conceito e a importância do comércio internacional para os Estados, como apresentado no segundo

capítulo, discorrer sobre a guerra comercial em si e seus desdobramentos, como apontado no terceiro e quarto capítulo.

Como comentado anteriormente, no primeiro capítulo, o trabalho se propõe a trazer a teoria realista das relações internacionais. No início sobre o que diz a teoria realista no geral, com Mingst (2009) e Castro (2004), e depois de maneira mais aprofundada com dois teóricos realistas, como Edward Carr (1939) e Hans Morgenthau (1948).

No segundo capítulo, o trabalho se propõe a trazer as teorias do comércio internacional, principalmente sob a ótica realista/nacionalista, como também a sua importância para os países e para a economia.

Já no terceiro capítulo, o trabalho se propõe a trazer um breve histórico da relação comercial entre EUA e China, como também um aprofundamento maior da Guerra Comercial travada entre os dois países e os motivos que levaram os EUA a entrarem nesta disputa.

No último capítulo, o trabalho também se propõe a fazer uma análise desta disputa sob a ótica do realismo, ou seja, se a política externa de Donald Trump seguiu uma lógica coerente com as demais, ou com essa teoria na qual o trabalho se propõe a analisar.

2. A TEORIA REALISTA

Este segundo capítulo tem por objetivo trazer a teoria realista, sendo esta, quando falamos de teoria das relações internacionais, uma das principais que busca explicar o sistema internacional e a relação entre os Estados. Primeiro, será vista a teoria como se apresenta em moldes gerais, e para isso serão utilizados os autores Mingst (2009) e Castro (2004), onde trazem também um dos principais pensadores da teoria realista, Tucídides, e para um maior aprofundamento da teoria serão utilizados outros dois autores, E. Carr e Morgenthau. Optou-se por teóricos clássicos para falar sobre a teoria realista pois neste capítulo sobre o tema o objetivo era de fato trazer o realismo em sua forma mais inicial, da origem da teoria em si, o princípio dela. É de conhecimento que há teóricos mais recentes que falam sobre a teoria realista, mas como a intenção era trazer a teoria de uma forma mais fundamental, fez-se essa opção por teóricos clássicos, como Tucídides, Morgenthau e Carr.

Ao iniciar a discussão, Mingst (2009) traz que o realismo, assim como outras vertentes das teorias das relações internacionais, é resultado de uma longa tradição histórica e filosófica, mesmo que quando aplicada a assuntos internacionais seja de uma forma mais recente. No realismo, temos uma visão que o indivíduo é mais egoísta e desejoso de poder. Os indivíduos são organizados em Estados, no qual agem para garantir o seu próprio interesse nacional, que é definido em termos de poder.

Esses Estados existem sob a forma de um sistema internacional anárquico, ou seja, é ausente a hierarquia de poder entre os mesmos. Desta forma, os Estados no sistema internacional podem apenas contar com a atuação deles mesmos. Assim, a preocupação constante é gerenciar a insegurança que surge no sistema internacional anárquico. Os realistas acreditam em equilibrar o poder dos outros Estados e na contenção para manter o sistema internacional íntegro e o menos ameaçador possível (Mingst, 2009).

Castro (2004) segue a discussão trazendo que o realismo também tem como marca a autotutela, que é a certificação que aquele que detém o poder e o domínio sobre os demais seres pende a ter uma percepção de que pode ser o causador e julgador de seus atos que ele próprio legitimou. O realismo também possui uma lógica mais profunda de compreensão, quando se volta para os padrões de defesa da segurança pessoal e familiar através de obtenção de atributos humanos em razão das conquistas e desejo reprimido de vencer, liderar e dominar os outros.

É no realismo clássico que se inicia os argumentos sobre a tese da sobrevivência e auto ajuda na questão da manutenção do Estado, na conservação do seu poder e pela preservação da ordem pela submissão de sua população, sendo a segurança comum seu principal propósito.

Buscando pela estabilidade, a segurança (que é um produto da imposição da força e um símbolo de poder) se torna cada vez mais importante no cenário internacional marcado pela ordem relativa em razão da busca pelos interesses do Estado. Quando esses interesses estatais entram em conflito ou em choque com outros interesses estatais, ou até com interesses do sistema internacional ao ponto de trazer assim a instabilidade, é que a então esperada harmonia, na qual tem como base a segurança, torna-se cada vez mais limitada (Castro, 2004).

Um dos principais princípios do realismo clássico são as relações humanas, e as relações internacionais tem como centro o poder, tendo como motor a lógica da dominação. O Estado nacional atua de forma racional e utilitária, como autônomo, tendo ele seus próprios interesses dentro do sistema de Estados soberanos, na qual é direcionado por uma agenda externa por vezes conflitante e por vezes em sintonia (Castro, 2004).

Voltando a Mingst (2009), se faz importante trazer também as contribuições de Tucídides para o realismo, na qual a sua narrativa sobre a Guerra do Peloponeso foi de suma relevância para a construção da teoria.

Na obra de Tucídides (História da Guerra do Peloponeso), ao menos quatro premissas realistas são encontradas. A primeira delas, para Tucídides, é que o Estado é o principal ator na guerra ou na política em geral, assim como já enfatizam os realistas mais modernos. Ainda que haja outros atores, como as instituições internacionais, elas não são importantes.

A segunda, é que entendemos o Estado como um protagonista principal e central: Tucídides argumenta que uma vez tomada a decisão de entrar em guerra o Estado age e fala com uma única autoridade. Não há mais nenhum outro protagonista subnacional tentando ir contra a decisão do governo, ou indo contra os interesses do Estado.

A terceira, é que se entende que aqueles que falam pelos interesses do Estado são os protagonistas racionais. Como a maioria dos gregos com instrução, Tucídides entendia que os indivíduos são seres racionais e assim tomam decisões analisando as forças e fraquezas de cada opção, até tomar a decisão mais acertada para a tomada de ação. Os realistas modernos também consideram que as decisões racionais promovem o interesse nacional (que são os interesses do Estado).

A quarta é que Tucídides, assim como os realistas modernos, se preocupava com as questões de segurança, ou seja, a necessidade de se proteger contra inimigos tanto de fora quanto internos. Um Estado deve aumentar a sua segurança aumentando a sua capacidade interna, desenvolvendo a sua economia, e formando também alianças com demais Estados, que também possuem interesses semelhantes. Foi antes e durante a Guerra do Peloponeso que

Tucídides conseguiu observar que era o medo do rival que motivava os Estados a formarem alianças entre si, que seria uma decisão racional por parte do líder (Mingst, 2009).

Ainda que sua obra seja importante para a filosofia do realismo, Tucídides não identificou todos os preceitos do mesmo. Na verdade, esses preceitos e princípios foram se formando ao longo dos séculos, e nem todos os realistas estão de acordo em relação a eles. Para exemplificar, seis séculos após Tucídides, o bispo e filósofo Santo Agostinho acrescentou uma premissa fundamental do realismo argumentando que a humanidade é falha, egoísta e egocêntrica, embora consiga melhorar.

O principal dogma aceito por praticamente todos os realistas é que o sistema internacional é uma anarquia de Estados. Esse dogma foi estruturado por Thomas Hobbes, que afirma que assim como os indivíduos têm seu estado de natureza, os Estados no sistema internacional têm responsabilidade e o direito de preservarem a si próprios. Para Hobbes, o estado de anarquia internacional no qual os Estados fazem parte é “ter as armas apontadas e os olhos fixos uns nos outros”. Como não há uma autoridade internacional, há poucas regras ou normas que controlam os Estados (Mingst, 2009).

Para Morgenthau (Mingst, 2009), assim também como para Tucídides, Agostinho e Hobbes, a política internacional é uma luta pelo poder, e essa luta pode ser analisada em três níveis:

1. O indivíduo falho no estado de natureza luta pela autopreservação.
2. O Estado autônomo e unitário está constantemente envolvido em lutas pelo poder, equilibrando poder com poder e reagindo para preservar o que é de interesse nacional.
3. Como o sistema internacional é anárquico, a luta é contínua.

O *Política entre nações*, de Morgenthau, se tornou uma referência para os realistas nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Mesmo que os realistas façam prescrições políticas, ou seja, que medidas devem ser tomadas em relação a uma situação, nem todos concordam que aquela seria a política correta.

Eles postulam que todos os Estados devem sempre procurar melhorar suas posições relativas e que devem sempre lutar pelo poder, ainda que seja para manter a sua independência dos demais Estados. Desta forma, os Estados podem se dedicar a políticas expansionistas e aprimorar as políticas de poder. (Mingst, 2009).

Como já vimos, os realistas definem o sistema internacional como anárquico, não há nada acima do Estado, ele é soberano, isto acaba por restringir as tomadas de decisões dos atores

internacionais e também afeta a distribuição de capacidades entre os vários protagonistas. No entanto, os realistas se diferenciam entre si quanto ao que diz respeito à autonomia de um Estado no sistema internacional. Os realistas tradicionais aceitam que os Estados são freados pela estrutura do sistema. Os realistas diferem o sistema internacional em grande parte pela dimensão de polaridade. Ou seja, multipolar (quando há três ou mais protagonistas influentes no sistema internacional), bipolar (quando há dois protagonistas influentes no sistema internacional) e unipolar (quando há apenas um protagonista com influência no sistema internacional) (Mingst, 2009).

2.1. O realismo segundo E. H. Carr

De acordo com Müller (2009), a obra de Carr não é importante apenas por formar as bases do realismo clássico do século XX ou por mostrar as correntes teóricas, conceitos e fatos que serviram para estudos posteriores, mas sim, a obra *Vinte anos de Crise* é uma obra clássica porque é atemporal e suas análises sobre as diferenças realistas e utópicas, sobre poder, a moral e o direito internacional podem ser utilizados para ascender os fatos das relações internacionais do presente.

2.1.1. A crítica realista

Para E. H. Carr, Maquiavel foi o primeiro realista político de importância. São três os princípios essenciais contidos na obra de Maquiavel, na qual são as pedras fundamentais da filosofia realista. Para Maquiavel, em primeiro lugar, a história é uma sequência de causa e efeito. Em segundo lugar, a teoria não cria a prática, mas sim é a prática que cria a teoria (Carr, 1939).

Como diz Maquiavel, “bons conselhos, venham de onde vierem, nascem da sabedoria do príncipe, e não a sabedoria do príncipe dos bons conselhos”. Em terceiro lugar, a política não é uma função da ética, mas sim a ética da política. Para ele, os homens apenas se mantêm honestos pela coação. Maquiavel reconhece que a moral tem a sua importância, mas acreditava que não era possível haver moral efetiva onde não há uma autoridade efetiva. A moral para ele, é produto do poder (Carr, 1939).

O realismo moderno dos séculos XIX e XX se diferencia, de forma importante, do realismo dos séculos XVI e XVII. Tanto a utopia, quanto o realismo, aceitaram e inseriram nas suas filosofias a confiança no progresso do século XVIII, ainda que de forma paradoxalmente.

O realismo acabou se tornando mais “progressista” do que a filosofia utópica, se tornando cada vez mais dinâmico e relativista.

A “escola histórica” dos realistas teve sua morada na Alemanha, e seu desenvolvimento se deu por nomes como Hegel e Marx. Nenhum país europeu da época esteve imune à influência da escola alemã realista, assim como a mesma passou a realçar de forma mais intensa o caráter determinista.

A hipótese “científica” dos realistas identifica a realidade com o curso total da evolução histórica, na qual as leis são trabalho do filósofo investigar e revelar. O que aconteceu está certo, a história não pode mais ser julgada, a não ser por padrões históricos. Os fatos não poderiam ter acontecido de outra forma (Carr, 1939).

A principal promoção do realismo moderno foi de relevar, não somente os aspectos que determinam o processo histórico, mas também o caráter relativo e pragmático do próprio pensamento. O pensamento não é somente relativo às circunstâncias e interesses do pensador, ele é também pragmático, uma vez que executa seus objetivos.

As teorias que se mostram para desacreditar o inimigo, ou um inimigo em potencial, são as formas mais habituais de pensamento intencional. As teorias raciais, sejam novas ou antigas, fazem parte dessa categoria, pois quando há domínio de um povo ou de uma classe sobre outra, ele é sempre justificado pela certeza na inferioridade mental e moral daquele que é dominado (Carr, 1939).

Um exemplo disto se faz na colonização da América, onde negros eram inferiorizados para justificar a escravidão, como Batista (2018) descreve:

A construção de efetividade dos princípios de deveres e obrigações iguais foi utilizada para naturalizar a inferiorização dos negros com afirmações que os mantêm subalternados, ora sob a justificativa de incapacidade, ora falta de vontade. Ainda, determinam-se essa condição com meias-verdades, como o apego ao passado escravagista e a um anacrônico ideal de supremacia branca, não mostrando que o motivo pelo qual existem disparidades entre brancos e negros, determinando àqueles privilégios e, a estes, as “sobras” é o racismo. (BASTISTA, 2009, p.3).

Uma das formas de desvalorizar moralmente a política de um inimigo em potencial, e assim também justificar a sua própria, pode ser delineado pelas argumentações de desarmamento entre as duas guerras. A vivência das nações anglo-saxãs, na qual tinham um domínio naval forte e que fora ameaçado pelo submarino, foi uma oportunidade de denunciar a imoralidade dessa nova arma em potencial (Carr, 1939).

Para Carr, as teorias de moral social são sempre parte de um grupo dominante, que tem afinidade com o grupo como um todo, e que tem facilidades, que foram negadas aos indivíduos das comunidades subordinadas, ao impor a sua visão de vida na comunidade. Já as teorias de moral internacional são o produto das nações ou grupos de nações dominantes. Nos séculos passados, as nações de língua inglesa estruturaram um grupo dominante no mundo, e as teorias vigentes da moral internacional definem a perpetuação da sua supremacia, e desta forma, se expressam no idioma comum a eles.

Segundo Carr:

Tanto a visão de que os povos de língua inglesa são os monopolistas da moral internacional, quanto a visão de que eles são hipócritas internacionais consumados, podem ser reduzidas ao simples fato de que os atuais cânones da virtude internacional foram, por um processo natural e inevitável, criados principalmente por eles (CARR, 1939, p. 82).

Quando falamos de harmonia de interesses, essa se dissipa em problemas em relação à análise nos termos desse princípio. Ela é a hipótese natural de uma classe rica e privilegiada, no qual os membros da qual fazem parte têm voz dominante na comunidade e são assim prontos para identificar os interesses dela com os seus próprios.

Em função disto, qualquer grupo que vier a atacar os interesses do grupo dominante acaba por ter toda a aversão da comunidade com o interesse em comum, e será assim informado que ao cometer tal ato, estará também atacando os seus próprios interesses. Essa ideia de harmonia de interesses, serve na verdade, como um recurso moral e engenhoso praticado pelos grupos privilegiados, para fundamentar e manter a sua posição dominante (Carr, 1939).

Porém, deve-se comentar também que a supremacia, dentro dessa mesma comunidade de um grupo de privilegiados, pode ser e até é frequentemente tão esmagadora que de certa forma os seus interesses são também os interesses da comunidade, já que o seu bem-estar leva junto consigo algumas medidas de bem-estar para outros membros da comunidade, e assim o seu colapso caso ocorra, levaria também ao colapso de toda a comunidade.

Essa lógica pode ser aplicada também nas relações internacionais. Os estadistas britânicos do século XIX, ao descobrir que o comércio livre propiciava a prosperidade britânica, se convenceram que ao impulsionarem o comércio britânico, estavam também promovendo a prosperidade do mundo como um todo. Esse domínio britânico no comércio era tão presente e forte, que havia inclusive certa harmonia inegável entre os interesses dos britânicos e do mundo em geral. A prosperidade britânica transcorria para outros países, e se um colapso econômico atingisse a Grã-Bretanha, atingiria também o mundo todo.

Desta forma, surgia o argumento que países protecionistas estavam não só prejudicando a prosperidade britânica e a do mundo como um todo, como também a de seu próprio país, desta forma, o protecionismo não era só imoral como também estúpido (Carr, 1939).

Politicamente, essa forma ambígua de lidar com a manutenção da paz, é capitalizada da mesma maneira por uma nação ou grupo de nações dominantes. Da mesma maneira que os governantes prezam pela paz interna, a paz mundial torna-se também interesse das potências mundiais.

Em tempos mais antigos, o imperialismo romano e britânico se mantivera pela propaganda da “pax romana” e “pax britannica”, porém agora há um grupo de nações na qual exerce a supremacia, com a propaganda de “segurança coletiva”, na qual tem o mesmo objetivo de formar a identidade de interesses do grupo que domina (Carr, 1939).

2.1.2. A crítica realista do Internacionalismo segundo E. H. Carr

Em relação ao internacionalismo, Carr diz que:

O conceito de internacionalismo é uma forma especial da doutrina da harmonia de interesses. Sucumbe ante a mesma análise; e existem as mesmas dificuldades em encará-lo como um padrão absoluto, independente dos interesses e das políticas dos que o promulgam (CARR, 1939, p. 86).

O internacionalismo moderno teve seu nascimento na França durante os séculos XVII e XVIII, durante o período no qual a França teve a hegemonia em seu auge por toda a Europa. No século seguinte, a hegemonia passou para a Grã-Bretanha, que se tornou o lar do internacionalismo. A França escolheu nesse momento de maior influência no continente para lançar a ideia de uma “União Europeia”; e o Japão, em seguida, fortaleceu uma ambição de se auto proclamar o líder de uma Ásia unificada.

Da mesma forma que a súplica por “solidariedade nacional”, na política interna, sempre vem de um grupo dominante, que geralmente usa essa solidariedade para fortalecer o seu controle da nação como um todo, e a súplica pela solidariedade internacional e a união mundial partem das nações dominantes, que têm expectativas de exercerem o controle sobre um mundo unido (Carr, 1939).

Carr também diz:

O desmascaramento das bases reais dos princípios declaradamente abstratos, invocados na política internacional, é a parte mais comprometedor e mais convincente da condenação realista contra a utopia. A natureza da acusação é frequentemente incompreendida pelos que procuram refutá-la. A acusação não

consiste no fato de que os seres humanos não consigam viver segundo seus princípios (CARR, 1939, p. 88).

A questão é que esses princípios ditos universais e absolutos, não eram de maneira alguma, princípios, e sim reações inconscientes da política nacional, fundamentado em uma interpretação específica do interesse nacional em uma determinada época.

Desta forma, a paz e a cooperação entre as nações, classes, ou indivíduos, é um fim comum, independente dos interesses e das políticas que conflitem. De certa maneira, há um interesse na manutenção da paz, seja ela internacional ou da “lei da ordem” dentro de uma nação (Carr, 1939).

No entanto, na medida em que se tenta colocar esses princípios abstratos em uma situação política concreta, eles se mostram como disfarces de interesses puramente egoístas.

2.1.3. As limitações do Realismo segundo E. H. Carr.

Na política, a certeza que de alguns fatos ou certas tendências são irreversíveis, geralmente reflete uma falta de vontade, ou interesse, em mudá-los ou de resistir a eles. A incapacidade de ser um realista coerente e completo é uma das mais adequadas e curiosas lições da ciência política.

O realismo coerente exclui quatro coisas que parecem ser componentes essenciais de todo pensamento político eficaz: um objetivo determinado, um apelo emocional, um direito de julgamento moral e um campo de ação (Carr, 1939).

Segundo Carr:

A Primeira Guerra Mundial tornou-se tolerável pela crença de que era a última das guerras. A autoridade moral de Woodrow Wilson foi construída sobre a convicção, compartilhada por ele próprio, de que ele possuía a chave para a cura justa, final e abrangente dos males políticos da humanidade. É digno de nota o fato de que quase todas as religiões concordam ao postularem um estado final de completa bem-aventurança (CARR, 1939, p. 92).

O realismo coerente envolve a aceitação de todo o processo histórico e ignora os julgamentos morais sobre ele. Como já dito, os homens estão de modo geral preparados para aceitarem o julgamento da história sobre o passado, elogiando o sucesso e condenando o fracasso. Isto também é amplamente aplicado à política moderna. Instituições como a Liga das Nações são na maioria julgadas por sua capacidade em atingir; e a legitimidade dos mesmos é admitida pela própria propaganda delas, que busca sempre aumentar seus sucessos e diminuir seus fracassos.

Ainda que a humanidade não esteja pronta para aceitar esse teste racional como uma base universal válida de julgamento político, a certeza que tudo que acontece está certo, e deve apenas ser compreendido para ser aprovado deve ser sustentada de forma coerente, esvaziar o pensamento objetivista, e assim acabar com ele.

Há uma necessidade reconhecida pelos políticos, seja em âmbito nacional ou internacional, de disfarçar interesses à sombra dos princípios morais e é, por si só, um indício da ineficiência do realismo (Carr, 1939).

Como o autor mesmo coloca:

Toda época reclama o direito de criar seus próprios valores, e de fazer julgamentos à luz deles; e mesmo se utiliza armas realistas para dissolver outros valores, ainda acredita no caráter absoluto de seus próprios. Recusa-se, portanto, a aceitar a implicação do realismo de que a expressão “deve ser” é sem sentido (CARR, 1939, p. 94).

Fundamentalmente, o realismo coerente falha porque deixa de ofertar qualquer campo para a ação. Se a sequência de causa e efeito for rígida suficiente para permitir a “previsão científica” dos acontecimentos, se os nossos pensamentos forem direcionados por status e nossos interesses, então tanto a ação quanto o pensamento se tornam desprovidos de objetivo.

Que os assuntos de natureza humana possam ser coordenados e modificados pela ação e pelo pensamento humano é um postulado fundamental, que a sua rejeição parece ser dificilmente compatível com a sua existência como humano. Com efeito, ele não era rejeitado pelos realistas que deixaram sua marca na história. Todo realista é levado a acreditar que não somente existe algo que o homem pode pensar e fazer, e que este pensamento e essa ação não são automáticos nem desprovidos de sentido.

Desta forma, podemos concluir que qualquer pensamento político perspicaz deve se basear em elementos tanto da utopia, como também da realidade. Quando o utopismo torna-se uma impostura vazia e intolerável, que é usado como disfarce para os interesses dos que são privilegiados, o realista exerce o serviço indispensável ao desmascará-lo. Porém, o realismo puro não consegue oferecer nada além de uma luta pelo poder puramente dito, o que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível de acontecer (Carr, 1939).

2.2. O realismo segundo Hans Morgenthau

Para Morgenthau (1948), a teoria deve ser testada pelo seu propósito, que é trazer ordem e sentido para uma massa de fenômenos que sem a presença dela, permaneceriam sem conexão

e incompreensíveis. Para ele, a teoria deve ser submetida a dois testes, um empírico, e outro teórico, ou seja: será que os fatos, tal como são, realmente se prestam a interpretação que essa teoria propõe para os mesmos? As conclusões que decorrem da teoria sob o prisma da lógica, são necessariamente de suas premissas? Ou seja, essa teoria é coerente com os fatos e com seus próprios elementos?

Para Morgenthau, são seis os princípios fundamentais do realismo, sendo eles:

1. O realismo acredita que a política obedece a leis objetivas, na qual são frutos da natureza humana. Para poder melhorar a sociedade, é necessário compreender de antemão as leis pelas quais a sociedade se governa. Visto que a operação dessas leis independe de nossas referências, determinados homens tendem a desafiar essas leis correrão o risco de fracassar. Esse princípio simboliza que tanto a nossa natureza humana quanto a natureza política são transformados de tempos em tempos, mas seguem ainda as leis objetivas, desta forma, não se pode deixar de lado a natureza humana, na qual é a busca racional pela sobrevivência.
2. O interesse dos Estados é representado em termos de poder. Uma teoria política seja ela de âmbito nacional ou internacional, alheia a este conceito, seria impossível, já que sem o mesmo, não há distinção entre os fatos políticos ou não-políticos, nem se poderia trazer o mínimo de ordem sistêmica para a esfera política. Esse segundo princípio nos diz que os interesses do Estado não são administrados por influências morais, mas instruídos pela busca racional de ganhos e perdas na política externa. Desta forma, a política externa do país não deve estar relacionada às simpatias pessoais dos governantes, mas sim ser guiada pelo interesse nacional da nação. Neste caso, podemos ver como Maquiavel influenciou Morgenthau, já que considerava que o príncipe virtuoso deveria agir em favor da nação e não em função de seus interesses pessoais.
3. O conceito chave do realismo parte do princípio de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não concede a esse conceito um significado permanente. Esse princípio evidencia que as relações entre as nações sempre foram definidas em termos de poder. Entretanto, o tipo de interesse das ações políticas varia de acordo com determinado contexto histórico cultural e político, assim os interesses, que tem como fundamento aumentar o poder dos Estados, não são fixos e nem permanentes.
4. O realismo político conhece o significado moral da ação política e também reconhece que é inevitável a tensão entre os preceitos morais e as exigências para que uma ação

política tenha sucesso. O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua forma abstrata, mas que precisam ser filtrados por meio das situações concretas de tempo e lugar. Desta forma, de modo geral, a influência moral e da ética podem ser usados como formas de justificação e legitimação dos Estados, mas não auxiliam na hora de julgar o comportamento destes.

5. O realismo político rejeita identificar as aspirações morais de uma nação com as leis morais que governam o universo. Uma coisa é ter conhecimento que as nações estão sob a lei moral, e outra é pretender saber com certa certeza, o que seria bom ou mau no que diz respeito às relações entre essas nações. Esse princípio reforça que os princípios morais de uma nação, sejam eles os valores do bloco soviético ou da nação estadunidense, não devem ser levados como universais, pois nenhuma visão chegaria a ser mais verdadeira ou a mais correta.
6. O realista político não ignora a existência de padrões de pensamento que não sejam pautados pela política. Na função de realista político, entretanto, ele tem que sujeitar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das demais escolas de pensamento quando estas determinam a esfera política qualquer padrão de pensamento apropriado às outras esferas. Para Morgenthau, a esfera política é independente, não estando obrigada a nenhuma outra ciência como a economia ou o direito. A política internacional tem as suas próprias regras e leis.

Para Morgenthau, o observador político se envolve com o cenário contemporâneo, sempre com destaque na mudança. Não há solo firme onde ele se mantém, nem padrões objetivos para avaliação, sem que seja necessário recorrer a princípios fundamentais.

A política internacional não pode ser limitada a normas e princípios de instituições legais. Ela funciona dentro de um padrão de regras e por meio da instrumentalidade dessas instituições (Morgenthau, 1948).

Por maior que seja a dificuldade de investigação teórica sobre a natureza da política internacional, ela está ligada à ambivalência do material na qual o observador tem de trabalhar. De certa forma, os acontecimentos que ele necessita entender foram de ocorrência única. Aconteceram uma vez só, nunca antes ou depois daquela ocasião.

Porém, são parecidas entre si, pois retratam manifestações de forças sociais, que vêm a ser o produto da natureza humana em ação. Sendo assim, colocadas em condições parecidas, essas forças irão se manifestar de modo semelhante. Uma teoria política internacional precisa

estar sempre atenta a uma possível interpretação que vá ser manipulada, forçada ou tendenciosa em relação aos acontecimentos políticos.

Se aprende quais são os princípios da política internacional quando enfrentados esses eventos. Uma certa situação política traz uma elaboração e uma execução de uma determinada política externa. Quando se enfrenta uma situação política diferente, se pergunta em que elas podem ser de fato diferentes ou semelhantes, e que forma pode-se resolver tal nova situação baseando-se em políticas antigas, é necessário saber diferenciar as semelhanças e diferenças entre as políticas tomadas em cada situação. Ademais, é necessário também saber avaliar o significado dessas semelhanças e diferenças, a fim de planejar políticas externas alternativas (Morgenthau, 1948).

A primeira lição a ser entendida pelo estudante de política internacional compreende de entender que as complexidades dos assuntos internacionais acabam tornando improvável quaisquer profecias simples e fundamentadas. O conhecimento que orienta as políticas entre as nações, e a forma como ela acontece, mostra a ambiguidade dos fatos que dizem respeito à política internacional. Não importa a situação política, sempre estarão em jogo predisposições contraditórias. Em certos momentos, algumas tendências terão uma maior probabilidade de se destacar e predominar, mas entre todas, saber qual delas irá mesmo se sobressair cabe a capacidade do especulador de observar (Morgenthau, 1948).

3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Neste capítulo, o trabalho se propõe a trazer a importância do comércio internacional principalmente sob a perspectiva nacionalista/realista. Para isso utilizei o autor, Robert Gilpin (1987), no qual busca exemplificar como funciona e qual a importância do comércio internacional para os Estados. Sendo assim, antes de começar a tecer a teoria do comércio internacional e a sua importância, trago uma breve revisão da teoria marxista sobre economias capitalistas, na qual nos ajuda a ter um entendimento melhor do que traz Gilpin sobre o comércio internacional no sistema capitalista de mercado. Vale ressaltar que para Gilpin, a teoria nacionalista e realista são a mesma teoria, porém denominadas de forma diferente.

Mais adiante no capítulo, trago também a autora Susan Strange e sua visão do comércio internacional, como também um pouco da política econômica internacional, ou seja, um pouco mais voltado para a parte econômica do comércio internacional e não pela visão realista das relações internacionais.

3.1 A importância do Mercado

Robert Gilpin (1987) inicia a discussão da economia política nos mostrando que ela tem seu foco no mercado e as suas relações com o Estado, pois na nossa época a economia de mercado mundial é crítica para as relações internacionais. Mesmo em economias socialistas a base para o debate econômico é o papel atribuído às forças internas e externas do mercado.

Karl Marx ressalta a importância do capitalismo ou do modo de produção capitalista como um fator exclusivo do mundo moderno. Segundo Marx e Engels, aquilo que define o capitalismo são a propriedade privada dos meios de produção, a existência de trabalho livre ou assalariado, lucro como forma de motivação e a tendência para acumular capital. Essas são as características que dão ao capitalismo uma dinâmica, e, assim, o caráter dinâmico do sistema capitalista transformou todos os aspectos da sociedade moderna (Gilpin, 1987).

É o espírito agressivo do capitalismo aquisitivo que dá a vida ao sistema de mercado (Apud Heilbroner, 1985; Gilpin, 1987). O capitalismo exerce forças fortes nas relações sociais e no sistema político por meio do mecanismo de mercado. É o mercado e a troca comercial que unem as economias. Ainda assim, para Gilpin, não se pode falar de um modo internacional de produção capitalista (Gilpin, 1987).

A dinâmica do sistema capitalista se dá pela razão do lucro, o capitalista precisa competir para sobreviver em uma economia de mercado. Como definidas pelos marxistas, sem a competição de mercado, as características únicas do modo de produção capitalista não teriam levado ao progresso econômico.

Desta forma, o conceito de “mercado” é mais abrangente do que o de “capitalismo”. A alma do mercado é o papel central dos preços relativos nas decisões para a alocação de recursos. Já a alma do capitalismo, como mencionado anteriormente, é a propriedade privada dos meios de produção e a presença do trabalho livre assalariado. Com o crescente papel do Estado e dos atores públicos no mercado, surgiu uma economia mista de empresas públicas e privadas. Mas na prática, entretanto, o mercado tende a se filiar ao mercado internacional (Gilpin, 1987).

3.2. A perspectiva nacionalista/realista do mercado segundo Gilpin

Seguindo com Gilpin (1987), o nacionalismo econômico sofreu várias mudanças durante os últimos séculos, e assim também os seus rótulos: mercantilismo, estatismo, protecionismo, a escola histórica alemã e, de forma mais recente, o neo protecionismo. A ideia principal é que todas essas atividades econômicas estejam subordinadas ao fortalecimento do Estado. Todos os nacionalistas defendem o predomínio do Estado, da segurança nacional e do poder militar na organização e no funcionamento do sistema internacional (Gilpin, 1987).

Dentro dessa perspectiva, duas condutas podem ser identificadas. Alguns nacionalistas consideram a defesa do interesse econômico nacional como algo fundamental para a segurança e a sobrevivência do Estado. Por outro lado, os nacionalistas consideram a economia internacional como uma forma de expansão imperialista e para o crescimento da nação.

Os nacionalistas econômicos ressaltam a função dos fatores econômicos nas relações internacionais e consideram a disputa entre os Estados por recursos econômicos característico à natureza do próprio sistema internacional.

O objetivo central dos nacionalistas é a industrialização, por várias razões (Apud Sen, 1984). Primeiro, eles acreditam que a indústria tem influência positiva em toda a economia, o que promove o desenvolvimento do todo. Segundo, eles associam a indústria com a autossuficiência econômica e com a autonomia política. Terceiro, e mais importante, a indústria é a base do poder militar, e no mundo de hoje se mostra fundamental para a segurança nacional dos Estados (Gilpin, 1987).

Tanto no início da Idade Moderna quanto hoje, o nacionalismo econômico surge, em parte, da tendência dos mercados em encontrar riqueza e criar relações de poder ou de dependência entre as economias mais fortes e as mais fracas. Gilpin (1987) segue dizendo que o nacionalismo econômico defensivo existe com frequência nas economias menos desenvolvidas ou naquelas economias avançadas, mas que começaram a declinar.

Como afirma Gilpin:

Em um mundo de Estados que competem entre si, os nacionalistas dão mais importância aos ganhos relativos do que às vantagens recíprocas. Assim, as nações tentam continuamente mudar as regras ou os regimes das relações econômicas internacionais para se beneficiar desproporcionalmente, em relação às outras potências econômicas (GILPIN, 1987, p. 52).

Seja qual for a sua força e as suas fraquezas como ideologia ou teoria da economia política internacional, a importância nacionalista na localização geográfica e na distribuição das atividades econômicas se torna atraente. Durante toda a história moderna, os Estados procuraram políticas de promoção do desenvolvimento da indústria, da tecnologia avançada e das atividades econômicas com mais lucratividade e uma maior geração de emprego dentro de seu território. No que era possível, procuraram uma divisão internacional do trabalho que fosse favorável para seus interesses políticos e econômicos. Sendo assim, enquanto durar o presente sistema de Estados, o nacionalismo econômico tende a representar uma influência importante nas relações internacionais (Gilpin, 1987).

3.3. A importância do comércio segundo Gilpin

O comércio internacional é o mais antigo e mais importante elo entre as nações. Com efeito, junto com a guerra, o comércio tem sido de extrema importância para a evolução das relações internacionais. Durante vários séculos, os tributos que eram impostos aos comerciantes formaram aquilo que seria uma fonte de riqueza mais importantes para as elites políticas e para os impérios. Muitos desses impérios se desenvolveram do comércio e lutaram pelo controle das rotas comerciais da Ásia, África e Oriente Médio (Gilpin, 1987).

Em todas as épocas o comércio sempre teve em expansão, isso porque as sociedades sempre buscaram bens que não possuíam em sua vizinhança, essa expansão do comércio teve algumas consequências:

1. A propagação da tecnologia, que contribuiu para a economia dos povos.
2. Um efeito demanda, ou keynesiano, sobre a economia, no qual o multiplicador estimula o crescimento econômico e a eficiência geral da economia.
3. Vantagens para as empresas individuais, uma vez que o comércio aumenta as dimensões do mercado, promove economias de escala e aumenta as dimensões do mercado e aumenta o retorno sobre o investimento, enquanto estimula o nível geral de atividade econômica.
4. O aumento da faixa de escolha pelo consumidor

5. A redução dos custos de insumos, tais como matérias-primas e componentes manufaturados, contribui para diminuir o custo da produção.

Além disso, no final do século XX, o crescimento impulsionado pelas exportações passou a ser uma importante estratégia, utilizada para obter produtos necessários e para assim desenvolver a economia (Gilpin, 1987).

Gilpin continua a discussão comentando que de certa forma, os nacionalistas econômicos por muitas vezes consideram o comércio como algo negativo e pensam que por muitas vezes ele pode destruir os valores tradicionais e corromper a sociedade ao estimular o materialismo e a busca por bens de luxo, que são considerados prejudiciais aos indivíduos. Para muitos críticos, o comércio internacional é uma forma de imperialismo cultural, o qual precisa ser controlado (Gilpin, 1987).

3.4. A teoria nacionalista/realista do comércio internacional segundo Gilpin

De acordo com Gilpin, os nacionalistas reforçam os custos do comércio para determinados grupos de Estados, o que beneficia o protecionismo e o controle do Estado sobre o comércio internacional. Ainda que as raízes do nacionalismo econômico possam ser identificadas nos autores mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, o *Report on the Subject of Manufactures*, do autor Alexandre Hamilton, mostrado aos legisladores estadunidenses em 1791, contém as origens intelectuais do moderno nacionalismo econômico e a defesa clássica do protecionismo. Hamilton inovou a teoria mercantilista do século XVIII e desenvolveu uma teoria dinâmica do desenvolvimento econômico baseada na superioridade da indústria em relação à agricultura (Apud, Hamilton, 1791; Gilpin, 1987).

Gilpin continua a análise com Hamilton, onde comenta que assim como outros mercantilistas antes dele, Hamilton identificava o poder nacional com o desenvolvimento industrial e achava que a economia estava empregada na tarefa fundamental da construção do Estado. Ainda que suas ideias de protecionismo apenas obtiveram força nos Estados Unidos após a vitória do Norte (na qual se industrializava de forma rápida) na Guerra Civil, elas tiveram uma influência grande nos Estados Unidos e em outros países.

Os nacionalistas comentam que em um mundo onde predomina o livre comércio os termos de troca tendem a favorecer as economias na qual a indústria se encontra mais avançada. A escola histórica alemã declarava que os ingleses mantiveram uma política protecionista até que a sua indústria fosse forte o suficiente para competir de forma vantajosa com as demais economias, e que a superioridade técnica da Inglaterra no campo dos produtos e dos processos

industriais permita que esse país gozasse de termos de troca que fossem favoráveis em comparação com os países exportadores de alimentos, matérias-primas e produtos manufaturados de menor força tecnológica.

Segundo Gilpin (1987):

Os nacionalistas econômicos acreditam também que o livre comércio prejudica a autonomia nacional e o controle governamental da economia, o que expõe estas e às instabilidades do mercado mundial, assim como a exploração por outras economias mais fortes. Argumentam que a especialização, especialmente na exportação de produtos de base, reduz a flexibilidade e aumenta a vulnerabilidade das economias a eventos imprevistos, sujeita a economia interna a internacional e ameaça as indústrias nacionais, das quais dependem a segurança do país, o nível de emprego e outros valores. Embora esses argumentos sejam utilizados muitas vezes para ocultar os interesses especiais de determinados grupos e indústrias, em todos os países eles são uma consideração importante quando se formula a política econômica nacional (GILPIN, 1987, p. 205).

Junto ao crescimento econômico, a expansão da interdependência econômica global criou novas maneiras de insegurança nacional e novos campos de conflito internacional.

3.5. Livre comércio *versus* protecionismo segundo Gilpin

Com o aumento do comércio internacional e da interdependência econômica, desde os anos 1850, iniciaram várias controvérsias entre os liberais, que são advogados do livre comércio e seus críticos nacionalistas. A discussão e a razão desses conflitos eram os efeitos do comércio internacional em relação ao bem-estar interno dos países e de seu desenvolvimento industrial, os efeitos econômicos e políticos de uma maior interdependência e o papel das políticas governamentais e do poder empresarial na distribuição de ganhos, bem como outras questões importantes (Gilpin, 1987).

Em essência, o tema do livre comércio *versus* o protecionismo está no conflito entre os liberais e os nacionalistas. Esse debate tem se formado historicamente sob diversas formas: o argumento das indústrias “infantis” em favor da sua proteção, o debate sobre as vantagens e os custos da especialização internacional e o problema da “segunda infância” ou da “senilidade” da indústria (Apud, Dixit, 1986, p.5; Gilpin, 1987).

Para os liberais é o registro histórico que sustenta a superioridade de uma política de livre comércio, em comparação ao protecionismo. Eles alegam que a Inglaterra superou os seus rivais, depois de 1848, porque adotou uma política de livre comércio. A França, que teve um papel de liderança industrial no século XVIII, se atrasou em níveis consideráveis de

protecionismo, os que levaram à ineficiência da sua indústria (Apud, Kindleberger, 1978, cap. 3; Gilpin, 1987).

Por outro lado, os nacionalistas observaram que a Grã-Bretanha usou a força contra seus rivais econômicos e adotou o livre comércio depois de desenvolver suas indústrias sob defesa do protecionismo. E quanto a Alemanha, ela também protegeu suas indústrias do que já foi uma vez caracterizado como “o imperialismo do livre comércio”, ou seja, o esforço inglês para que o investimento direto feito no exterior evitasse as indústrias competitivas (Apud, Semmel, 1970; Gilpin, 1987).

Gilpin continua a discussão trazendo que, para os liberais, o protecionismo é considerado, na melhor das hipóteses, um expediente necessário e temporário como passo para chegar a um sistema de livre comércio. Já de outro lado, os nacionalistas econômicos tendem a ver o protecionismo como um fim em si mesmo.

Os objetivos principais dos nacionalistas, não são o livre comércio e a acumulação de riqueza, mas sim o poder industrial e o fortalecimento do Estado. Em boa parte dos países em desenvolvimento, a industrialização é a meta política fundamental, e o objetivo primário de uma tarifa é permitir o estabelecimento de determinadas indústrias, por vezes sem uma razão econômica para isso.

Ao rebater o argumento nacionalista em favor do protecionismo, os liberais dizem que todas as economias têm alguma vantagem comparativa, e assim, não deveriam temer o livre comércio. Se cada um produzir aquilo que faz melhor, todos irão ganhar. Já para os nacionalistas, é importante saber quem produz o que. O que preocupa é precisamente a localização internacional das atividades econômicas das quais, segundo eles, contribuem para a posição política e para o desenvolvimento geral da economia.

Resumindo, os nacionalistas econômicos criticam os liberais em relação ao livre comércio porque ela é, segundo eles, politicamente ingênua e não leva em conta a medida em que os termos de troca e as regras que governam o comércio são um fruto do exercício do poder, e, ao salientar as vantagens da especialização, ignora os problemas da incerteza. Entretanto, a despeito dessas limitações, a teoria liberal do comércio retém sua validade essencial e não pode ser desprezada simplesmente como uma mera racionalização dos interesses dos mais fortes (Gilpin, 1987).

3.6. A política comercial estratégica segundo Gilpin

Também é influenciado pelo aumento da importância da política comercial estratégica o comércio internacional, na qual representa em uma tentativa de o Estado mudar o ambiente estratégico internacional de forma a fazer vantajosa a situação das firmas oligopolistas nacionais. Sob a forma de proteção e subsídios, o Estado procura assegurar para as suas empresas uma parte maior do mercado e, assim, dos lucros produzidos em qualquer mercado oligopolístico. Assim como demais Estados podem também influenciar a competição internacional, a política comercial e as relações de comércio são caracterizadas pela interação estratégica (Apud Buckley; Gilpin 1987).

Em um mundo competitivo, o número de atores é grande demais e a sua escala é muito pequena para indicar resultados; nesse mercado teórico, as decisões são baseadas em variáveis, como por exemplo o preço, a qualidade e as características da mercadoria. Para ser um ambiente estratégico, é necessário que ele seja composto por relativamente poucos atores de grande importância, pois em um mercado imperfeito ou oligopolístico, os atores de peso maior podem acabar influenciando de forma significativa os resultados. Um número limitado de participantes de peso exige que cada ator acompanhe com a maior atenção a política e as reações dos demais (Gilpin, 1987).

Ao desenhar as suas estratégias, os governos precisam levar em consideração as possíveis reações dos demais governos e precisam também tentar influenciá-los. Essas interações políticas precisam ser essenciais. Será que os demais governos vão responder a uma determinada iniciativa revidando-a ou, ao contrário, em forma de cooperação? Que ações serão mais assertivas? Essa interação dos atores econômicos e políticos afeta cada vez mais as relações de intercâmbio de modo significativo.

Cada vez mais existe uma importância crescente da política comercial estratégica que é um produto do que já foi identificado como teoria da organização industrial aplicada ao comércio internacional. Em um mundo onde a competição é imperfeita, as políticas governamentais agem de forma significativa no funcionamento e no sucesso das empresas multinacionais, como por exemplo por meio de subsídios, que também são usados para reduzir os custos das firmas nacionais, concorrendo para aumentar a participação dessas firmas no mercado, assim como também seus lucros (Gilpin, 1987).

3.7. A natureza das multinacionais segundo Gilpin

Afinal, quais são as características das empresas multinacionais? As multinacionais são empresas que geralmente tendem a ser oligopolísticas na qual a propriedade, administração, produção e atividade de comercialização se estendem por várias jurisdições nacionais. O objetivo disto é garantir à empresa uma produção ao menor custo de bens destinados aos mercados mundiais. Esse objetivo é facilmente alcançado por meio da aquisição de locais mais eficientes para as suas instalações produtivas ou mediante concessões tributárias dos países anfitriões.

O investimento externo direto é também muitas vezes uma parte integrante da estratégia global das empresas que funcionam em mercados oligopolísticos. Ele é determinado pelo crescimento e pela estratégia competitiva das empresas de oligopólios. Como esse tipo de investimento cria relações econômicas de integração e envolve a empresa nos assuntos econômicos internos do país, ele acabou se tornando muito controverso (Apud Caves, 1982; Gilpin, 1987).

Enquanto as multinacionais cresciam em importância, os economistas e outros observadores tentavam explicar esse novo fenômeno. A princípio, os dois tipos de explicação estavam relacionados com a movimentação internacional de capital e com o comércio internacional. Com isso se explicava os investimentos externos simplesmente pelas altas taxas de retorno no exterior, que fechava para o caso dos investimentos de carteira, mas não para os investimentos de forma direta. A teoria do comércio exterior tinha pouco a contribuir, e também acabava por ignorar o tema. Surgia a necessidade de uma nova teoria, e os esforços iniciais focalizavam a importância das barreiras comerciais das taxas de câmbio e das políticas governamentais favoráveis. Ressaltavam também a importância do desenvolvimento tecnológico, como o avião e aos satélites de comunicação, que ajudavam na redução de gastos (Gilpin, 1987).

No que diz respeito ao oligopólio das empresas, duas teorias se destacam nas quais enfatizam a natureza das mesmas. A primeira é a “teoria do ciclo do produto”, e a segunda é a variante mais recente “teoria da organização industrial baseada na integração vertical”. A primeira se aplica melhor no que diz respeito aos investimentos externos diretos na indústria, à primeira fase da expansão das empresas estadunidenses no exterior e ao que é chamado de investimento “integrado horizontalmente” (instalação de fabricas para produzir por toda a parte o mesmo produto ou produtos parecidos). Porém, de outra forma, a teoria mais geral da

organização industrial se aplica ao novo multinacionalismo e a importância crescente dos investimentos.

3.8 Deterioração dos termos de troca e a posição dos países subdesenvolvidos

Deterioração dos termos de troca é um termo que surgiu com Raul Prebich, um economista argentino e um dos principais responsáveis pela direção da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). O termo sintetiza a teoria do subdesenvolvimento que foi elaborada durante seu período na CEPAL, que tem como objetivo demonstrar os problemas que os países subdesenvolvidos em decorrência da sua industrialização tardia. Manifestando sobre a condição da dependência econômica gerada pela relação de troca entre os Estados, onde de forma geral a maioria das nações periféricas não possui a condição de promover as matérias primas obtidas em seu próprio território, tal definição sintetiza de modo eficaz o esforço quase em vão dos países periféricos em vencer a desigualdade que foi estabelecida no mercado mundial diante a desvalorização abissal de seus termos de troca, dando continuidade assim a uma situação de dependência econômica e subordinação às políticas dos países de centro (COLISTETE, 2001).

Mesmo que as antigas colônias de países europeus acabaram por conseguir a sua independência política, do ponto de vista econômico, elas não conseguiram se desenvolver, se mantendo sujeitas as economias desenvolvidas. Em relação a isso, surgem teorias do subdesenvolvimento. Países periféricos de vários continentes continuam sendo dependentes econômica e tecnologicamente. Em vez de avançar a estágios superiores do desenvolvimento econômico, alguns desses países na verdade acabaram por aumentar a sua dependência para a aquisição de outros produtos, como de capital e tecnologia. A teoria do subdesenvolvimento considera responsável por essa situação a economia mundial e não os próprios países menos desenvolvidos (Gilpin, 1987).

A essência de todas as teorias do subdesenvolvimento é a ideia de que a economia capitalista internacional deturpa a forma sistemática a economia dos países periféricos, fazendo com que eles se mantenham nessa situação. Apoiam que é uma característica pertencente as operações normais da economia de mercado mundial e que o cerne do sistema prejudica aos interesses dos países mais pobres.

3.9 Comercio Internacional segundo Susan Strange

Nesta parte do capítulo, farei um breve resumo sobre a teoria de comercio internacional e seus principais pontos, segundo a autora Susan Strange (1988), na qual traz a teoria e também

a explicação para tais acontecimentos no comércio internacional com um viés diferente de Gilpin, ou seja, não por uma visão da teoria realista/nacionalista das relações internacionais, mas por um viés um pouco mais econômico.

Logo em seguida o capítulo traz também o conceito de acordos comerciais e de livre comércio, o que é um acordo comercial, quais são os tipos de acordos comerciais praticados entre os Estados e quais as regras geralmente utilizadas entre eles.

3.10 Comercio internacional

Na política econômica internacional, não há outro sujeito além do comércio, no qual a teoria diverge de forma mais ampla, ou na qual as teorias divergem mais dos fatos. As teorias divergem umas das outras pela simples razão que sua explicação do que é reflete diferentes opiniões doutrinárias sobre o que deveria ser e, portanto, cada teoria é muito afetada pela prioridade dada por seus defensores a diferentes valores como eficiência, equidade, autonomia e segurança. Isso também explica porque existem tantas divergências entre o que de fato acontece nas relações comerciais na economia mundial e o que deveria acontecer de acordo com as teorias (STRANGE, 1988).

Esta é a razão de, em obter uma compreensão geral da estrutura do comércio, o melhor é começar com fatos, e então agir às teorias conflitantes, e não ao contrário. Para Strange, os fatos vão também ajudar a colocar em perspectiva na qual flui os conteúdos e os termos do comércio internacional que são fortemente dependentes das quatro estruturas primárias de segurança, produção, finanças e conhecimento.

O resultado dessa dependência do poder primário das estruturas é o que as trocas no comércio internacional não são simplesmente o resultado de forças de mercado, de ofertas e demandas relativas. Em vez disso, eles são o resultado de uma complexa rede interligada de barganhas que são parte econômica e parte política. Essas barganhas envolvem a troca para os Estados de seus interesses de segurança e seus interesses comerciais. É envolvido um acesso desigual de parceiros comerciais tanto para finanças quanto para tecnologia. Eles envolvem política doméstica na barganha para obter o acesso e garantia a mercados nacionais e decisões corporativas sobre fontes de fornecimento seguras e rentáveis. Desta forma, não há como separar a economia da política. Assim, a balança do poder de barganha sobre o comércio vai ser encontrada de forma mais incisiva nos debates conduzidos nas organizações internacionais (STRANGE, 1988).

Segundo Susan Strange, existem seis fatos sobre o comércio internacional em relação aos últimos 100 anos que podem ser deduzidos de acordo com as estatísticas disponíveis. São elas:

1. Comércio entre economias nacionais cresceram muito rapidamente (mais que a produção).
2. Cresceu de forma muito irregular.
3. Os bens e serviços mudaram substancialmente.
4. Os principais participantes mudaram; e algumas economias nacionais se envolveram mais no comércio exterior que outras.
5. A forma como o comércio é exercida (relação autoridade-mercado) varia amplamente entre os mercados nacional e internacional e em consequência disso, entre os setores.
6. Os termos nos quais os bens e serviços são comercializados variam muito.

3.11. Crescimento rápido

Durante todo o século XX, o comércio entre países tem crescido mais rapidamente que a sua produção. Antes da Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional cresceu cerca de 2,5% por ano, enquanto a saída de produtos crescia cerca de 2,2% ao ano.

Na última metade do século XX, a taxa de crescimento acelerou, mesmo com a inflação. E um fato mais interessante é que entre os anos 1960 e 1970, o volume do comércio mundial praticamente dobrou. Além do que, em meados de 1980, no período caracterizado pelo afrouxamento dos preços das commodities, as mesmas dificuldades com débitos estrangeiros, a mesma tendência ao protecionismo que também caracterizou os anos de depressão da década de 1920, o comércio mundial ao invés de cair nos anos seguintes, teve um crescimento em 1984 de 9% em relação ao ano anterior. Já em 1985 e 1986 cresceu de uma forma mais lenta, de 2,5%. Nas recentes décadas, o comércio cresceu mais rapidamente que a produção mundial (STRANGE, 1988).

O que os números não mostram é que o comércio está crescendo rápido não só entre os países, mas também dentro dos países. A questão de fato neste caso não é insignificante, para comércio interno e de restrições livres, pelo menos nas economias de mercado. Ninguém conta o balanço de comércio feito de forma interna nos países (como por exemplo entre Texas e Massachussets). Se eles crescem, é porque a produção cresce, porque o poder de compra cresce, porque o volume de crédito para o financiamento e o dinheiro cresceram, e por último, porém

não menos importante, é porque tem um sistema de transporte que pode mover esses bens e pessoas de um lugar para o outro de uma forma fácil e barata. Todas essas questões ajudam no crescimento do comércio internacional – e também podem estar contribuindo mais do que a redução de barreiras comerciais para o rápido crescimento registrado nos últimos anos (STRANGE, 1988).

3.12. Crescimento desigual

O segundo maior fato sobre o comércio internacional, que também se aplica ao comércio interno, é que nos últimos anos ele cresceu por meio de empurrões, de forma desigual, muito mais rapidamente em alguns países que em outros. Houve anos em que o volume do comércio internacional caiu muito em relação ao ano anterior. Isso acontecia em tempos em que houveram guerras mundiais e quando a economia enfrentou uma depressão, como nas décadas de 1870 e 1930.

Nas duas guerras, navios mercantis foram atacados e afundados, ou impedidos de negociar por um bloqueio naval, ou até requisitados para serviços de guerra, com transporte de tropas e armamentos para a guerra, pelas marinhas dos EUA e da Grã-Bretanha. Inevitavelmente, o comércio pacífico sofreu e continentes como a América Latina e Austrália foram obrigados a substituir produções locais por importados. Em resumo, nada foi mais amortecido que o comércio internacional em tempos de guerra. O estado de segurança estrutural, ainda que o conflito seja local ou geral, o comércio terá resultados diretos nos padrões de comércio (STRANGE, 1988).

3.13. Mudança de serviços

O terceiro fato é que a forma como o comércio internacional se compõe sofreu várias mudanças ao longo dos últimos anos. De uma estrutura de troca onde a maior parte das trocas era de bens, e a maior parte destes bens eram comida, minerais e matérias-primas, com o longo dos anos passou a se tornar uma estrutura de troca dominada por manufaturas. Ao em vez de produtos primários contabilizados por dois terços do comércio mundial como faziam no século XIX, em 1966 eles representavam apenas um terço; e caiu novamente para 17% de todo o total do comércio mundial em 1983 (STRANGE, 1988).

A troca mais comum no comércio internacional não é a troca de matérias-primas para bens manufaturados. Até os países desenvolvidos então cada vez menos comprometidos a exportar produtos primários.

O único produto primário que ainda detém muita importância é o petróleo. Mas o commodity raramente aparecia nas estatísticas comerciais antes da Primeira Guerra Mundial, enquanto outras commodities que são tão importantes quanto (borracha, chopro, peles) praticamente desapareceram de cena.

Todos os tipos de produtos eletrônicos, como computadores, aeronaves e outros produtos manufaturados eram inimagináveis há 80 anos atrás e agora fazem parte do comércio internacional de forma ativa. Há várias formas de serviço, como propaganda, consultoria e educação. O comércio internacional, em resumo, é uma imagem sempre em movimento, nunca fica igual ao seu ano anterior, mas sempre refletindo o poder de compra dos ricos e dos poderosos (STRANGE, 1988).

3.14. Participação desigual

O envolvimento de pessoas de diferentes países no comércio internacional não é feito de forma igualitária, e a razão para isso é tanto político quanto econômico.

As razões econômicas são porque a renda é distribuída de forma desigual no mundo, e assim também o poder. São as pessoas dos países ricos e industrializados, que podem e tem o poder de comprar mais bens manufaturados e serviços que as pessoas pobres e de países em desenvolvimento.

Então, os manufaturados que agora compõe a maior parcela dos bens comercializados internacionalmente são importados e exportados principalmente pelos países industrializados. Apesar do crescimento rápido nos países em desenvolvimento, essa dominação do comércio internacional pelas economias de países desenvolvidos é uma tendência constante (STRANGE, 1988).

As razões políticas são de dois tipos. A primeira e mais óbvia é que alguns estados no sistema de política internacional são pequenos e outros são grandes. Países continentais, como a China, Rússia, e Estados Unidos, podem mais facilmente satisfazer suas necessidades fazendo troca dentro de suas próprias fronteiras. Por contraste, países pequenos encontraram uma maneira no comércio de ficarem ricos. Portanto, eles buscam sempre estarem envolvidos de forma ativa nele.

A segunda razão política pela participação desigual é que as políticas dos Estados em relação ao comércio com demais Estados sempre foram também regidas pela preocupação com a sua segurança. Estes Estados encorajam comércio com países aliados e dependentes, e desencorajam com potenciais inimigos ou rivais. Isso nunca foi tão claro quanto no período da

Guerra Fria, onde o comércio entre as superpotências foram afetadas, como por exemplo no final dos anos 1940, o Congresso Estadunidense aprovou uma lei na qual restringia de forma rígida os bens que poderiam ser vendidos para a então União Soviética e para seus aliados do leste europeu (STRANGE, 1988).

3.15. Sem padrões de regra

Uma vez que observamos que não apenas o comércio internacional e a estrutura de troca que opera por todo o mundo da economia, mas também dentro de fronteiras nacionais, um fato nada agradável emerge, uma vez é o forte contraste entre as regras que se aplicam ao comércio entre Estados e aqueles que fazem comércio entre eles.

Dentro dos Estados, os governos sempre tiveram que estabelecer regras para o funcionamento do comércio, regras que colocam certos objetivos e valores sociais e políticos acima da liberdade do mercado. Os Estados socialistas vão mais adiante, tirando do mercado as transições e colocando as mais importantes trocas comerciais diretamente nas agências centrais do Estado. Mas mesmo os mais liberais dos governos tentam governar o mercado de uma forma a ter mais segurança e estabilidade pela produção nacional e o sistema de consumo que se produz a si mesmo do que o mercado não licenciado (STRANGE, 1988).

As regras variam, mas podem banir comércio de álcool, drogas, prostituição ou trabalho infantil, como também de armas, explosivos e venenos. Certas trocas comerciais podem estar reservadas apenas para um Estado ou até mesmo a um certo pequeno monopólio. Outros podem estar abertos apenas a países ou para operadores licenciados especiais, como por exemplo o tabaco.

Mesmo que um governo de um país desenvolvido e de um em desenvolvimento impuserem regras muito parecidas para trocas internas e se ambos seguirem regras idênticas para regras externas, com um misto de livre comércio e protecionismo, o próprio tamanho do país desenvolvido e a importância de seu mercado amplo fariam com que a regulação auto interessada teria mais peso junto aos exportadores do país em desenvolvimento que vice-versa.

Essa assimetria básica entre os poderes governamentais em países desenvolvidos e em desenvolvimento para garantir sua segurança econômica através de arranjos comerciais e regulamentações, e entre associações de manufaturas e produtores primários a fazer o mesmo é também outro fato da estrutura comercial que existe no mundo real, distinta do mundo da teoria econômica (STRANGE, 1988).

3.16. Termos de troca

O último ponto a ser discutido dos seis fatos apresentados anteriormente são os termos nos quais as trocas são feitas e variam muito de setor para setor no comércio internacional como também entre comércio interno e externo. Países em desenvolvimento frequentemente alegam (e acreditam) que os termos do comércio internacional se tornaram mais desiguais e que eles operam cada vez mais para a sua desvantagem.

Tudo que pode ser dito com alguma confiabilidade de evidências factuais disponíveis é que mercados de commodities (petróleo, café, açúcar, lata, cobre, cacau e etc) são mais voláteis, subindo e descendo de forma mais violenta que os mercados de manufaturas. Uma das razões é que as manufaturas “administram” o preço. Tendo isto dito, eles que administram, têm uma lista de preços na qual eles anunciam aos consumidores. No entanto, eles podem ser obrigados a responder a baixa demanda ou baixa competição abaixando os preços, que não é a mesma coisa que estar diariamente à mercê do sistema de comércio de mercado sobre o qual o produtor não tem controle e no qual, em muitos casos, o comércio especulativo pode aumentar ou diminuir os preços mesmo quando nem a oferta nem a demanda mudaram de forma alguma (STRANGE, 1988).

Outro fato, é claro, é que os produtores, assim como os Estados, procuram por segurança no mercado, e os produtores de manufaturas acham mais fácil organizar carteis e manter certas práticas restritivas do que os produtores primários. Eles usualmente são menos que os produtores primários e conseguem de forma mais facilitada coordenar os seus preços de venda “administrados”.

A internacionalização da produção foi outro desenvolvimento importante que afetou as condições em que as mercadorias são comercializadas além das fronteiras. Se uma estratégia global de uma corporação transnacional envolve a instalação de filiais no exterior reproduzindo os processos de produção desenvolvidos pela matriz, ou se ela cria uma filial de workshop responsável por uma etapa da produção de um produto destinado ao mercado mundial, a empresa está internalizando o comércio além das fronteiras políticas (Apud, Michalet, 1976; STRANGE, 1988).

Com a competição cada vez mais apertada no mercado mundial, empresas grandes se fundiram ou tiveram aquisições, ou então passaram a negociar empreendedorismo conjunto, mesmo com empresas rivais, a fim de diminuir riscos e custos de desenvolvimento, compartilhando-os. O resultado disto é que hoje a “nacionalidade” de um carro, de um

computador, de um sobretudo ou um terno, um avião ou uma televisão é hoje de difícil definição (STRANGE, 1988).

Claramente, os temas nos quais as partes e os componentes que são fornecidos a montadora, são parte de uma negociação na qual vantagens fiscais, pressão sindical, sistema de transporte e destinos de mercado são um dos muitos fatores que afetam a transação (STRANGE, 1998).

3.17. O que é um acordo comercial?

Segundo a cartilha desenvolvida pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios no ano de 2018, os acordos comerciais estabelecem condições para a liberalização do comércio entre os países ou blocos. Além de proporcionar uma abertura de mercado, os acordos trazem as regras objetivas para diminuir os efeitos das barreiras não tarifárias, tornando o processo de importar e exportar mais rápido, estimular investimentos, entre outros. Alguns dos benefícios dos acordos comerciais são: o aumento das exportações, estimula o aumento de competitividade e inovação e a redução de custos para as empresas que importam (p. 3 - 4)

3.18. Quais são os tipos de acordos comerciais?

Seguindo a mesma cartilha, em geral são dois os tipos de acordos comerciais, sendo eles o acordo de livre comércio e o acordo de preferência tarifária.

Os acordos de livre comércio eliminam as tarifas de importação para cerca de 90% do valor do comércio entre os países ou blocos envolvidos no acordo. Nesses acordos, é estabelecido o período de tempo em anos para a eliminação gradual da tarifa de importação após sua entrada em vigor para cada produto acordado. Nesses acordos de livre comércio, os países são autorizados a manter alguns produtos com exceções em que não há a eliminação de tarifas de importação.

Já o acordo de preferência tarifária, reduzem de forma parcial as tarifas de importação. Nesses acordos, são definidas as margens de preferência na tarifa de importação para cada produto, ou seja, qual a porcentagem cada produto terá de redução a partir da entrada em vigor do acordo. Nesses acordos também são possíveis a eliminação total das tarifas de produtos específicos, porém em uma quantidade menor de mercadorias em comparação a um acordo de livre comércio.

3.19. Quais as principais regras de um acordo comercial?

Continuando com a cartilha da Rede CIN, além de reduzir as tarifas de importação, os acordos comerciais também estabelecem regras para o comércio entre as partes envolvidas no acordo, como as regras de origem, que são muito importantes em um acordo. Somente os produtos considerados como originários de países que fazem parte do acordo podem ser beneficiados com a preferência das tarifas estabelecidas.

Para garantir a origem da mercadoria, as regras de origem dos produtos estabelecem exigências produtivas, negociadas entre os países ou blocos envolvidos na negociação. Contudo, se o produto não obedecer às regras de origem em seu processo de produção, este mesmo produto não será beneficiado pela redução ou pela tarifa de importação ao ser exportado ao país membro do acordo comercial.

4. GUERRA COMERCIAL ESTADOS UNIDOS X CHINA

Neste capítulo meu objetivo é descrever e analisar a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China durante o governo do presidente Donald Trump, que durou entre os anos de 2017 a 2020, como também suas causas e consequências, sob o enfoque do realismo.

O foco é a relação comercial entre ambos os países, porém com maior atenção nos Estados Unidos e as consequências que esta guerra comercial trouxe para o país. Para a elaboração deste capítulo vou usar de forma majoritária fontes de notícias da mídia nacional e internacional.

É interessante também observar essa guerra comercial como uma forma de disputa hegemônica entre os dois países, que é uma competição entre nações dentro do campo econômico e político, por poder e supremacia. Sabe-se que com os anos a China vem demonstrando força política, econômica e militar, batendo de frente com a então potência Estados Unidos. Essa guerra comercial também pode ser observada como uma forma dos EUA de frear o avanço da China no cenário internacional.

4.1. Histórico da relação comercial entre Estados Unidos e China

Carvalho e Catermol, em seu artigo “As relações econômicas entre Estados Unidos e China: Resgate histórico e implicações” de 2009, fazem uma análise interessante sobre a temática analisada, onde colocam que, em janeiro de 2009, EUA e China comemoraram 30 anos de relações diplomáticas. Conhecida como a “diplomacia do ping-pong”, essa aproximação entre os dois países ocorreu com a visita do então presidente Richard Nixon à então fechada China, em 1972.

Após dois anos da morte de Mao Tsé-tung, em 1979, os dois países passaram a ter vínculos diplomáticos formais. A instabilidade que ocorria durante os anos 1970 durante a guerra fria, foram pilares que ajudaram na aproximação entre os dois países. Com essa aproximação, os dois países obtiveram ganhos, por via de fluxos fortes de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA (Carvalho; Catermol 2009).

Com o fim das duas grandes guerras mundiais, os EUA saem como líderes do sistema internacional, passando de devedor a credor dos países europeus que estiveram envolvidos no conflito. Com o fim dessa guerra, uma nova ordem internacional foi formada dando início ao sistema polarizado da Guerra Fria, que durou até 1989. Foi nesse cenário internacional de forças opostas que se manifestaram as relações entre EUA e China. Com o objetivo de conquistar cada

vez mais mercados em um mundo bipolar e impedir o avanço do “inimigo”, os EUA se viram obrigados a exercer seu poder de influência e manter áreas sob seu controle.

É nessa circunstância que a China acabou por desempenhar uma política externa de dinâmica pendular. Ou seja, tentando se aproveitar de ambas as potências, acabou por usufruir os fatores externos favoráveis para traçar o seu desenvolvimento nacional, tendo como início uma aproximação maior com a URSS, porém com o rompimento dessa parceria durante a década de 1960, a China passa a se aproximar dos EUA, que foi dando início ao fim do embargo comercial em 1971 e também com a aceitação da China na Organização das Nações Unidas (Carvalho; Catermol, 2009).

A China nesse período buscava se recuperar dos problemas causados por Mao Tsé-tung durante a Revolução Cultural, que durante a década de 1970 essas políticas tinham suas consequências aprofundadas na economia chinesa, que se encontrava fraca. Por outro lado, os EUA preocupados com a dominância da URSS, viam na China uma oportunidade de aproximação e de contenção da influência soviética.

Isso juntamente com a instabilidade do sistema internacional durante a década de 1970, os EUA enfrentavam uma crise de hegemonia que estremecia os pilares políticos e econômicos do capitalismo estadunidense e suas forças militares. Para mais, o país acabara de ser derrotado na Guerra do Vietnã e ainda enfrentava o aumento do preço do petróleo. A economia estadunidense, juntamente ao sistema capitalista, passava por um período no qual suas bases estavam ameaçadas.

Os Estados Unidos se viam cada vez mais isolados no sistema internacional e também com inúmeras baixas durante as guerras. Com uma enorme insatisfação em relação a esses conflitos, o governo de Richard Nixon, em 1973, decidiu retirar suas tropas da guerra via acordos de paz (apud Fiori, 2000; Carvalho; Catermol, 2009).

Foi nesse contexto de guerras e crise do petróleo nos anos 1970, que aconteceu a reaproximação entre EUA e China. Para os EUA, essa aproximação com o país asiático era uma alternativa para manter a sua hegemonia internacional. Sendo a China uma fonte rica e provedora de recursos, com mão de obra barata, ajudando na redução de custos de produção ao fornecer manufaturas com preços menores e também por representar um grande mercado consumidor para os produtos estadunidenses, graças a sua enorme população.

Além do mais, a China também seria importante para a expansão da influência dos EUA, que também ajudaria a bater de frente com a expansão da influência da URSS na região. E para a China, que também se encontrava frágil, essa relação com os EUA seria favorável como uma

maneira de atenuar o desgaste da imagem que o Partido Comunista tinha internamente, assim também como fonte de recursos para a modernização da economia e indústrias chinesas. Sendo assim, se formava uma relação adicional entre os dois países, que compreendeu em trocas comerciais significativas para o desenvolvimento chinês (Carvalho; Catermol, 2009).

Em 1972, com a abertura efetiva da relação entre EUA e China, observa-se o avanço das trocas comerciais entre ambos. No decorrer da década de 1970, foi-se ampliando o fluxo comercial de forma cada vez mais constante. Já no início da década de 1980, com o aumento das exportações chinesas, começa a aparecer o déficit comercial dos EUA com a China, de US\$ 426 milhões em 1985.

Esse crescimento explosivo das exportações chinesas, como também do superávit comercial com os EUA, foi um fator importante para que a China se desenvolvesse. Sendo assim, essa aliança estratégica com os EUA teve suma importância para o crescimento da economia chinesa. O desenvolvimento do país se deu por meio de uma estratégia de promoção de exportações, capacitação de investimentos externos e acesso às finanças internacionais. Essa forma de lidar com a economia, junto com uma presença de Estado forte, possibilitou a criação de ZEEs (Zonas econômicas especiais), que por meio do estímulo às exportações favoreceram as reservas internacionais (Carvalho; Catermol, 2009).

A criação das ZEEs juntamente com uma política de câmbio favorável às exportações, que favorecia a desvalorização do yuan em relação ao dólar, foi um procedimento importante para que houvesse aumento da entrada dos investimentos externos diretos na China e também um estímulo maior às exportações.

4.2. Como começou

Para melhor exemplificar as questões a serem discutidas, serão utilizadas notícias feitas no período em que ocorria a guerra comercial, iniciando com a de Trevisan, onde coloca que desde de 2018, quando o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez a primeira declaração que as tarifas impostas sobre os produtos chineses entraram em vigor, que a disputa comercial entre EUA e China vem causando preocupações. Desde aquele momento, houveram inúmeras tentativas de acordo, como também ameaças e negociações, porém a situação não chegou a um final com uma solução definitiva (Trevisan, 2019).

Já em dezembro de 2019, houve uma primeira tentativa de negociação comercial, onde os dois países tomaram a decisão de suspender novas tarifas de importações. Essa decisão foi

tomada dois meses depois de Donald Trump anunciar que estaria perto de fechar um acordo que seria como uma “primeira fase” de um possível acordo comercial com a China.

Essa nova fase de negociações aconteceu após um agravamento nas tensões entre China e Estados Unidos. Em agosto (de 2019), essa disputa chegou a passar dos anúncios e ameaças de tarifas sobre os produtos importados para a área cambial. Isso ocorreu pois como forma de reação a um novo conjunto de tarifas dos Estados Unidos, a China veio a desvalorizar de forma vigorosa a sua moeda (o yuan), e assim foi acusada de manipulação (Trevisan, 2019).

4.3. O que é uma guerra comercial? E o que é essa guerra entre Estados Unidos e China?

Segundo o Dicionário conciso de Política e Relações Internacionais de Oxford, uma guerra comercial é quando dois ou mais países restringem as exportações de um outro país. Até Adam Smith, nenhum pensador acreditava em comércio livre. A maioria dos economistas acreditava que a melhor política era sempre aumentar as suas exportações e diminuir as importações. É claro que se adotadas em todo o mundo, essas políticas seriam autodestrutivas, mas isso não impedia que os tomadores de decisão tomassem essa medida caso achassem necessário.

Com a alegação de que procura proteger os produtores estadunidenses e reduzir o déficit comercial que os Estados Unidos têm com a China, Trump foi aumentando desde 2018 tarifas sobre os produtos que vieram de importação do país do continente asiático. A finalidade disto é causar uma dificuldade na chegada de produtos chineses aos Estados Unidos, que por consequência causaria uma maior produtividade interna, já que a produção interna desses produtos aumentaria para suprir o mercado interno. Já o governo da China, no que lhe diz respeito, tem reagido a essas retaliações da mesma forma, impondo também tarifas a produtos que chegam dos Estados Unidos (Trevisan, 2019).

Essa disputa comercial gera tanta preocupação para os demais países, pois tanto os Estados Unidos e a China possuem as duas maiores economias do mundo, sendo assim, se ambos sofrem consequências negativas dessa disputa, a preocupação é que demais países e também a economia global como um todo possam sofrer com isso em forma de cadeia, ou seja, essa disputa pode acabar interferindo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Em um relatório de julho do Fundo Monetário Internacional (FMI), Trevisan (2019), comenta que houve um crescimento mundial em ritmo moderado diante da piora das relações entre os países. A grande preocupação segue sendo o comércio internacional. Segundo o FMI,

durante o primeiro trimestre de 2019, os anseios comerciais ajudaram a trazer uma desaceleração acentuada nas economias que estão em emergência na Ásia.

Com essas incertezas, notícias como essas tendem a influenciar o mercado financeiro. Ou seja, quando surgem ameaças que podem causar quebras de acordo, a propensão é que investidores busquem formas mais seguras de investirem o seu dinheiro, desta forma os índices das bolsas em todo o mundo tendem a retroceder (Trevisan, 2019).

Vários organismos vêm demonstrando preocupação em relação a essa guerra comercial. O Federal Reserve (FED, banco central dos EUA), por exemplo, diz que continua monitorando as consequências da guerra comercial, para então poder decidir o rumo que as taxas de juros podem levar.

Mas de que forma isso pode ser solucionado? Segundo Trevisan (2019), já há um acordo entre China e Estados Unidos sobre essa primeira fase de negociações comerciais, na qual são suspensas a aplicação de novas tarifas sobre importações que já tinham data para entrar em vigência.

De acordo com o então vice-ministro de comércio chinês, Wang Shouwen, os Estados Unidos concordaram em diminuir gradativamente as tarifas já impostas nos produtos chineses. Em contrapartida, a China se comprometeu a aumentar as importações de energia, produtos agrícolas e farmacêuticos, além de também serviços financeiros dos Estados Unidos. Essas negociações foram realizadas cerca de dois meses após Trump anunciar que ambos os países haviam chegado ao que seria uma primeira fase de um acordo comercial (Trevisan, 2019).

Uma tentativa de negociação anterior havia sido suspensa dois meses antes, quando Trump rompeu a trégua que havia sido negociada após o encontro do G20 com o presidente da China, Xi Jinping. Esse rompimento foi encarado como mais tarifas sobre os produtos chineses, e desta forma os Estados Unidos sofreram uma retaliação por parte da China com seus produtos agrícolas tendo sua compra suspensa (Trevisan, 2019).

Também houve por parte dos Estados Unidos uma acusação de que a China estaria utilizando de manipulação cambial em relação a sua moeda, o yuan, já que houve uma queda alta do valor da moeda em relação ao dólar.

Segundo a reportagem do G1 “China rejeita acusação dos EUA de manipulação cambial”, de 06 de agosto de 2019, a acusação do então governo Trump ocorreu após a China deixar a sua moeda, o yuan, cair em menor nível em relação ao dólar em quase uma década. Essa desvalorização da moeda chinesa ocorreu meio a uma piora das tensões sobre a guerra comercial com os Estados Unidos, logo após Trump anunciar tarifas de 10% sobre US\$300

bilhões dos restantes das importações chinesas que ocorreram a partir de 1º de setembro de 2019, quebrando de forma brusca a breve trégua na guerra comercial entre as potências. Steven Mnuchin, secretário do Tesouro estadunidense, disse que o governo dos Estados Unidos estabeleceu que a China está manipulando o câmbio, e que vai trabalhar junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para eliminar a competição vista como injusta de Pequim. Em contrapartida a isso, a China anunciou que empresas do país suspenderam compras de produtos agrícolas vindos dos Estados Unidos.

Segundo essa mesma reportagem, o Banco do Povo da China agiu rapidamente para estabilizar o yuan com uma fixação mais forte do que o que era esperado e venda de títulos, assim sinalizando que as autoridades desejam contar as perdas, elevando o yuan em quase 0,5% contra o dólar. Os ganhos só vieram depois que o banco central fixou o ponto médio do yuan, no qual determina o ponto em torno do qual a moeda pode ser negociada, que foi acima do que o mercado esperava.

Já uma outra reportagem do G1 pela Deutsche Welle, “Os efeitos incertos de uma possível guerra cambial¹ entre EUA e China”, do dia 07 de agosto de 2019, traz um breve histórico dessa depreciação do yuan, na qual não começou durante o período da guerra comercial. Muito antes a moeda já havia rompido outras barreiras importantes.

Há um tempo atrás o banco central chinês já havia atrelado à moeda ao dólar, ou seja, atrelou a um conjunto de moedas que eram dominadas pela moeda estadunidense. Durante muito tempo, o credor mantinha o yuan dentro de uma faixa de negociação de aproximadamente 6,25 yuan por dólar. Assim, em agosto de 2015, o banco central surpreendeu os mercados de câmbio ao deixar uma depreciação da moeda até 6,38 yuans por dólar, antes de uma queda em janeiro do ano seguinte. Já em 2017, o yuan caiu para o que era o seu menor valor em nove anos. O governo declinou o que seria visto como uma guerra cambial, dizendo apenas que pretendia compensar a alta do dólar (que fazia com que as exportações chinesas ficassem mais caras). Então, a moeda da China subiu novamente até o final daquele ano, logo após uma queda importante no valor do dólar.

Entretanto, Donald Trump ainda passou a criticar a China com frequência, por usar a manipulação internamente para ganhar uma vantagem econômica em relação a parceiros comerciais com os Estados Unidos. Uma desvalorização de forma contínua com certeza irritaria

¹ O fenômeno conhecido como guerra cambial tornou-se evidente, principalmente, após o auge da crise financeira de 2008, em que os países mais afetados, sobretudo os integrantes da Zona do Euro e Estados Unidos, utilizaram-se da depreciação artificial do câmbio com o intuito de fomentar o aumento do fluxo de exportações líquidas, promovendo uma amortização dos efeitos decorrentes de uma banrracota econômica (SILVA; SILVA, 2018, p. 487).

Trump. Sendo uma economia de mercado, os EUA não podem forçar a desvalorização da sua moeda, com o objetivo de alavancar os exportadores domésticos ao tornar seus produtos mais baratos no exterior. Porém, a implementação de uma ampla gama de instrumentos da política fiscal e monetária pelo FED, tem quase o mesmo efeito.

A história tem mostrado que uma política de desvalorização competitiva geralmente só oferece uma vantagem de curto prazo sobre os rivais. Já houveram tentativas sistemáticas de desvalorização desde a Primeira Guerra Mundial, quando os países deixaram de lado um sistema no qual o papel-moeda estava atrelado às reservas de ouro na nação, o chamado padrão-ouro, abrindo caminho para que se pudesse manipular suas moedas de forma artificial.

Já uma outra reportagem do El País “Trump intensifica guerra comercial com a China com elevação generalizada de impostos”, do dia 23 de agosto de 2019, diz que Trump “ordena” que empresas estadunidenses fechem seus negócios no país asiático e que procurem uma alternativa a fabricação de seus produtos (isso sem deixar claro se iria tomar medidas legais ou não em relação a isso). Essa disputa ocorreu nas vésperas da reunião do G7, levando a questão do protecionismo ao centro das discussões da reunião (Liy; Laborde, 2019).

A Câmara de Comércio estadunidense recusou de imediato a ordem de Trump de sair da China, onde as empresas estadunidenses obtêm importantes investimentos. As ameaças de Trump não foram apenas para empresas estadunidenses em território chinês. Ele também pediu que as grandes empresas de transporte verifiquem os envios procedentes da China.

Tanto a FedEx quanto a UPS reportaram afirmando que já tomaram medidas importantes de segurança para dificultar o uso de suas redes de transporte para atividades ilegais e também o envio de drogas como o fentanil. Ainda assim, suas ações tiveram queda de 3% na bolsa (Liy, Laborde, 2019).

Como já comentado anteriormente, toda essa reação junto com aumento de impostos sobre produtos da China veio após Pequim declarar que iria taxar produtos estadunidenses no valor de 75 bilhões de dólares com imposto de 10% em vez do atual 5%. Essas novas taxas, que foram uma resposta de Pequim a decisão de Washington de aumentar seus impostos sobre os 300 bilhões de dólares em produtos chineses.

Além disso, Pequim decide recuperar taxas alfandegárias sobre veículos e peças estadunidenses. Sendo assim, o Governo chinês anunciou que os automóveis receberão impostos de 25% e as peças de automóveis 5%. No ano anterior (2018), os EUA venderam um total de 230 bilhões de dólares em carros para a China, segundo o LMC Automotive, e mesmo

que não seja o grosso de seus mercados consumidores, as fabricantes Mercedes, General Motors e Ford tiveram importantes quedas na Bolsa (Liy, Laborde, 2019).

Com essas sanções, Pequim acaba penalizando tudo o que vem de importação dos EUA. Entre os produtos taxados o petróleo entra na lista pela primeira vez, como também alguns tipos de aviões menores e vários alimentos, como frutas secas, porco congelado, peixes e mariscos, carne de boi, mel e soja, que são os produtos mais comprados pela China dos EUA (Liy, Laborde, 2019).

4.4. O desfecho da guerra comercial na era Trump

O mandato de Donald Trump terminou em janeiro de 2021, mas como ficou essa guerra comercial com a China? Depois de brigas, impasses e promessas de “cessar-fogo”, os Estados Unidos e China estão cada vez mais próximos de fechar um acordo. Livremente de resultados, essa guerra comercial teve um papel importante no rearranjo do relacionamento entre EUA e China, além claro, do impacto causado no mercado global. Porém, o que de fato mudou durante esse período de disputas comerciais entre esses dois gigantes da economia global?

Para Donald Trump, travar uma batalha comercial e tarifária com a China poderia ajudar a diminuir o déficit comercial com o país, e de fato esse déficit comercial dos EUA em bens caiu desde o início da guerra comercial, mas ainda permanece alto. Nos 12 meses até novembro de 2019, esse déficit diminuiu em US \$60 bilhões em relação ao ano anterior. Porém, reduzir esse déficit teve um custo: o comércio bilateral deu uma recuada em US\$100 bilhões (Feng, 2020).

Ainda que os investimentos dos Estados Unidos na China tenham se mantido de forma estável durante a disputa comercial, os investimentos chineses nos EUA caíram de forma significativa. Segundo o think tank Enterprise Institute, o investimento chinês caiu significativamente de 2016 para 2018.

No primeiro semestre de 2019, somente US \$2,5 bilhões foram investidos nos Estados Unidos por empresas chinesas. As empresas chinesas evitaram investir nos EUA, principalmente por questões da guerra comercial, como também fizeram uma triagem maior do investimento nos EUA e também um controle de capital mais rígido na China (Feng, 2020).

Segundo o Conselho Empresarial EUA-China, em 2019, 81% das empresas estadunidenses com operações na China reportaram que a guerra comercial teve influências negativas em seus negócios, o que significa um aumento de 8% em relação a 2018. Já em 2017, somente 45% das empresas haviam manifestado inquietação com esses riscos.

No início de 2020, projeções apontavam que os EUA não iam conseguir chegar na sua meta de 3% de crescimento econômico. O crescimento da China também está em desaceleração, o Banco Mundial previu que a economia chinesa ia crescer menos de 6% em 2020, sendo o ritmo mais lento já ocorrido em três décadas. Além da China, os Estados Unidos negociaram também com outros parceiros comerciais para reestruturar seus acordos comerciais. Em função desses conflitos, o FMI rebaixou suas expectativas de crescimento global em 2019 para 3%, menor índice desde a crise financeira de 2008 (Feng, 2020).

Para os consumidores dos Estados Unidos, essa disputa só fez com que muitos tivessem que pagar preços mais altos pelos produtos importados da China, enquanto que para a China, isso acarretou uma perda no valor das exportações, segundo uma análise da ONU de novembro de 2019 (Schacht, 2020).

Em janeiro de 2020, os países assinaram o que seria a “fase 1” do acordo, que inclui o compromisso da China de aumentar de forma corrente as compras de produtos americanos, com o objetivo de diminuir as preocupações comerciais. Os EUA convidaram a China a comprar bilhões a mais em produtos estadunidenses, com o objetivo de diminuir o superávit comercial, porém essa medida foi considerada irreal antes mesmo do acordo entrar em ação. Com a chegada da pandemia a questão piorou. O acordo manteve as tarifas existentes em vigor, paralisando o conflito em vez de resolvê-lo (Schacht, 2020).

Com a chegada da pandemia da Covid-19, houve interrupções no abastecimento das cadeias globais, mas ainda assim a China conseguiu se recuperar depois do segundo trimestre de 2020. Sendo uma das primeiras economias a sair do bloqueio, a China foi capaz de fornecer a nações como os EUA os produtos que eles necessitavam.

As importações de máscaras da China para os EUA aumentaram cerca de dez vezes, por exemplo. Isso entre outros produtos que acabaram por ajudar a impulsionar o comércio entre os gigantes da economia, quase ao mesmo nível anterior ao da disputa. Mas os efeitos da guerra comercial ainda estão sendo sentidos. Os preços das importações chinesas aumentaram durante a disputa, a demanda estadunidense por celulares e outras tecnologias também, e como resultado disso os consumidores e fabricantes dos EUA estavam procurando outros países para obter os produtos que necessitam (Schacht, 2020).

5. ANALISANDO A GUERRA COMERCIAL PELA TEORIA REALISTA

Vimos no primeiro capítulo como é e como funciona a teoria realista, e como os autores que a elaboraram pensam ela, e também como essa teoria enxerga o sistema internacional e os Estados. Nesta sessão meu objetivo é analisar a guerra comercial com a China sob a ótica do realismo, e analisar se de fato a política externa dos Estados Unidos seguiu essa lógica ou não e porquê. Para fazer isso, elenquei alguns pontos que considero importantes desta guerra comercial para fazer a análise.

A política externa de Donald Trump é conhecida pelo lema “América Primeiro”, por ter como prioridade sempre os Estados Unidos em todas as negociações, sendo assim a sua política externa é composta de várias decisões unilaterais. Como vimos, o realismo tem como visão que os Estados, que são os principais atores internacionais e pilares da política externa, tendem a ser mais egoístas e desejosos de poder, ou seja, os seus interesses nacionais são prioridade para cada Estado. Nesse sentido, essa filosofia da política externa de Trump passa pela lógica realista.

5.1 O pedido de Trump para que empresas estadunidenses saiam da China

Como vimos, houve uma “ordem” de Trump para que as empresas estadunidenses deixassem a China e procurassem outras alternativas para a fabricação de seus produtos. Essa medida tomada por Trump nada mais é no realismo de Tucídides, o Estado sendo o principal ator internacional, ou seja, sendo ele o protagonista unitário, cabe a ele tomar as decisões que acredita serem as melhores para si. Sendo os EUA um protagonista racional, cabe ao governo falar pelos interesses do Estado.

Porém não foi bem o que aconteceu. Tendo a Câmara de Comércio dos Estados Unidos não tendo acatado a decisão de Trump por ter vários investimentos na China e no exterior, mostra neste caso que o Estado em si já não é mais o único ator principal, e que outros organismos nacionais conseguem fazer o papel de atores no sistema, como defende o liberalismo nas relações internacionais.

Não apenas as empresas de comércio receberam ordens de retirada de Trump como também houve um pedido pela parte do presidente que empresas de transporte verificassem os envios procedentes da China. Neste caso, as empresas FedEx e UPS, na qual trabalham com envio de cargas, reportaram ao presidente que tomaram medidas importantes para evitar que suas empresas fossem utilizadas de forma ilegal, como por exemplo com envio de drogas. Sendo assim, os Estados Unidos voltam a ser o ator principal na qual decide como Estado quais

medidas devem ou não ser tomadas, voltando a ser o ator principal no que diz respeito a medidas relacionadas aos demais atores do sistema internacional.

5.2 Tarifas sobre produtos chineses

Querendo proteger os produtores estadunidenses e também com o objetivo de reduzir o déficit comercial com a China, a imposição de tarifas sobre os produtos chineses também pode ser observada sob o olhar realista. Tendo entrado em uma guerra, mesmo que comercial, o Estado passa a ser um protagonista unitário que fala como uma só autoridade.

Não deve haver nenhum outro protagonista subnacional tentando ir contra as decisões do Estado. O objetivo dessa taxaço é protecionista, uma vez que assim a entrada de produtos baratos chineses seria menor, pois as tarifas iriam dificultar a compra de produtos chineses, e assim o mercado interno conseguiria ser mais produtivo para que pudesse suprir a falta de produtos chineses por produtos nacionais, gerando mais empregos e renda interna.

Desta forma, tendo como ideia que o Estado precisa se preocupar com segurança, sendo ela econômica também, as taxas fariam não só a produtividade interna aumentar como também ajudariam o déficit com a China diminuir, aquecendo também a economia interna e externa.

Vimos também que muitos realistas defensivos defendem que os Estados no sistema internacional devem seguir políticas de restrição, seja de forma militar, diplomática ou até pela economia, que é o caso dos Estados Unidos com a China ao taxar produtos.

Porém, essas medidas defensivas podem causar desconfortos e desconfiança entre os Estados, sendo assim, devem ser tomadas com cuidado. Já realistas ofensivos alegam que em um sistema internacional anárquico, não há como saber das intenções dos outros Estados. Sendo assim deve-se sempre procurar melhorar suas posições dentro do sistema internacional, principalmente para manter a sua independência dos demais Estados.

Com isso, temos que essa taxaço de produtos chineses ao entrarem nos EUA nada mais é que uma forma do país se proteger economicamente de forma interna e também externa, já que visa a diminuição do déficit e do aumento de produção interna, gerando mais empregos e mais renda, e conseqüentemente o aumento do PIB.

5.3 Acusaço dos EUA em relação a desvalorizaço do yuan

Como vimos ao longo do capítulo, os Estados Unidos acusaram a China de desvalorizar propositalmente a sua moeda em relação ao dólar. Essa desvalorizaço ocorreu durante um dos momentos mais críticos da guerra comercial, quando Trump anunciou uma tarifa de 10% sobre

US \$300 bilhões de importações da China. Sendo assim, os Estados Unidos junto com o FMI trabalharam para que pudessem eliminar essa competição injusta com o país asiático.

Com a entrada do FMI na questão, os Estados nacionais Estados Unidos e China deixam de ser os atores principais dando abertura para uma organização internacional atuar como um ator nessa questão. Como vimos, na teoria realista os Estados são os principais atores, até porque entende-se que o sistema internacional é anárquico, ou seja, há uma disputa de poder pelos Estados soberanos, estando as organizações internacionais do geral como plano de fundo das questões.

Em resposta a isso, o Banco do Povo da China age rapidamente para que o yuan se estabilize com uma fixação mais forte do que era esperado. Como vimos com Carr (1939), quando falamos de harmonia de interesses, ela é uma hipótese natural de uma classe rica e privilegiada, na qual os membros na qual ela pertence têm voz dominante na comunidade e assim conseguem identificar os interesses dela como se fossem os seus. Sendo assim, qualquer grupo que vier contra esses interesses pode receber contenções da comunidade. Mesmo com o FMI na questão da desvalorização do yuan, vê-se que há um interesse dos atores internacionais envolvidos na questão em manter o preço do yuan em relação ao dólar.

5.4 A economia dos EUA como de interesse mundial

Como salienta Carr (1939), no século XIX, ao descobrirem que o comércio livre beneficiava a prosperidade britânica, se convenceram que ao encorajarem o comércio britânico, estavam assim promovendo também a prosperidade do mundo no geral. A ideia era que, se algo acontecesse com o comércio britânico, o mundo sentiria.

Assim, países que utilizassem o protecionismo estariam não apenas se prejudicando como também prejudicando o comércio mundial no geral. Ao também taxar produtos e gerar essa guerra comercial, a China e Estados Unidos preocupam demais países e economias do mundo, uma vez que suas economias são de interesse de todos, já que fazem comércio internacional com vários outros Estados. Ou seja, essa guerra comercial, na visão realista, não é apenas prejudicial para ambos os países ao serem extremamente protecionistas, mas também para o mundo, já que essa disputa pode ter efeito cadeia e acabar interferindo no PIB mundial.

5.5 A procura dos EUA por outros países que possam suprir as suas demandas

Durante essa guerra comercial, os Estados Unidos também procuraram negociar com demais países para que eles pudessem suprir suas demandas sem depender tanto da China. Para

os consumidores dos Estados Unidos, essa guerra comercial só fez com que os preços de produtos chineses aumentassem, enquanto que para a China, houve perda nos valores de exportações.

Como observa Tucídides, foi durante a Guerra do Peloponeso que os Estados por medo do rival, formavam alianças entre si, com o objetivo de garantir mais segurança para si, aumentando sua capacidade interna e desenvolvendo a sua economia. Quando os Estados Unidos vão atrás de outros parceiros comerciais para suprir suas necessidades que até então eram supridas pela China, trata-se de uma busca por segurança, neste caso econômico. Ou seja, países com interesse em comum, formam alianças entre si.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso eu pude trazer um panorama sobre a teoria realista e alguns de seus pensadores, sendo eles E. Carr e Morgenthau os principais. O indivíduo e o Estado realista são vistos como egoístas e sedentos pelo poder, onde o interesse nacional está acima. Sendo o sistema organizado em Estados nacionais, o sistema internacional é considerado anárquico, pois não há um “governo mundial”.

No que diz respeito ao comércio internacional, Gilpin nos mostra que o mercado tem relações com os Estados, e que uma troca comercial funciona como uma troca entre economias, tendo a indústria uma influência entre o comércio entre as nações.

Para dois Estados terem uma troca comercial é necessários acordos comerciais entre estes dois mesmos Estados, ou então entre mais, que chamamos de bloco comercial. Esta também é uma forma de dois Estados se relacionarem, sendo essa troca uma das mais antigas entre Estados no que diz respeito a relações internacionais.

Quando há uma troca comercial entre dois Estados, estes mesmo buscam por dar importância a quatro pilares: a segurança, a produção, as finanças e o conhecimento. Os acordos comerciais entre dois Estados na verdade é uma liberação de comércio entre os mesmos, onde há acordos tarifários e queda de barreiras. Tendo aqueles produtos uma origem nacional, eles passam a ter vantagens dentro do território do país no qual fazem o acordo.

Porém, quando se trata de Estados Unidos, muitos acordos comerciais também servem e são usados para obter uma aproximação política entre Estados, onde os EUA passam a ter mais influência sobre a região na qual o comércio é feito.

Isso pode ser observado no ultimo capítulo também, já que essa disputa comercial com a China não é puramente comercial, mas também de manutenção da influência na região, onde os EUA vêm cada vez mais perdendo espaço para a China. Vale lembrar também que o comércio é uma forte arma e um meio de poder, no qual o país que fornece determinado produto ou serviço de forma mais exclusiva tem sob seu “controle” o país no qual o produto ou serviço é oferecido. Uma vez que um país necessita de outro para determinado fim, este passa a se submeter as vontades políticas daquele que o fornece. Seguindo esta lógica, a teoria realista é a que mais consegue explicar o comércio internacional como uma fonte de poder entre os Estados que o praticam.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Waleska Miguel. Resenha: A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Direito e Praxis**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjJDWMvfV7DsqrBY4XK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981
- CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabricio. As Relações entre China e EUA: Resgate histórico e implicações. **Revista do Bndes**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 16, p. 215-252, jun. 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11296/1/RB%2031%20As%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Econ%C3%B4micas%20entre%20China%20e%20EUA_Resgate%20Hist%C3%B3rico%20e%20Implica%C3%A7%C3%B5es_P_BD.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Funag, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.
- COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004. Acesso em 05/05/2022.
- DEUTSCHE WELLE (Brasil). **EUA e China assinam "fase 1" de acordo comercial**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-e-china-assinam-fase-1-de-acordo-comercial/a-52018885>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- DEUTSCHE WELLE (Brasil) (org.). **Os efeitos incertos de uma possível guerra cambial entre EUA e China**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/07/os-efeitos-incertos-de-uma-possivel-guerra-cambial-entre-eua-e-china.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- FENG, Zhaoyin. **EUA e China assinam acordo após 2 anos de guerra comercial: o que mudou ao longo da disputa?** 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51119805>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- GARRETT W. BROWN (Inglaterra) (org.). **Oxford concise dictionary of politics and international relations**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/A_Economia_Politica_das_Relacoes_Interna%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/A_Economia_Politica_das_Relacoes_Interna%20(1).pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

G1 (Brasil) (org.). **China rejeita acusações dos EUA de manipulação cambial**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/06/china-rejeita-acusacoes-americanas-de-manipulacao-cambial.ghhtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.

LEON, Márcia Saraiva, BNDES (org.). **O ACORDO DE LIVRE-COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE (NAFTA) E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE O BRASIL**. Brasília, 1995. 27 p.

LYI, Macarena Vidal; LABORDE, Antônia. **Trump intensifica guerra comercial com a China com elevação generalizada de impostos**: a decisão do presidente dos EUA ocorre horas após ele "ordenar" às empresas norte-americanas que deixem de fabricar no gigante asiático, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/23/internacional/1566564039_314372.html. Acesso em: 24 ago. 2021.

MINGST, Karen A.. **Princípios de Relações Internacionais**. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MÜLLER, Gustavo G.. **Resenha sobre Vinte anos de Crise de Carr**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/resenhas/resenha3.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

REDE CIN (Brasil). Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (org.). **Cartilha Rede CIN**. São Paulo: Online, 2018. 16 p.

SARQUIS, Sarquis José Boainain. **Comércio Internacional e o crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Funag, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/864-com%C3%A9rcio-internacional.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; SILVA, Inês do Santos. GUERRA CAMBIAL E COMPETITIVIDADE DO SETOR EXPORTADOR BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: uma avaliação a partir da Teoria de Relações Internacionais (TRI). **Revista de Políticas Públicas**, Uberlândia, v. , n. , p. 485-524, maio 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329726859_GUERRA_CAMBIAL_E_COMPETITIVIDADE_DO_SETOR_EXPORTADOR_BRASILEIRO_NO_PERIODO_RECENTE_uma_avaliacao_a_partir_da_Teoria_de_Relacoes_Internacionais_TRI/fulltext/5c18611992851c39ebf53050/GUERRA-CAMBIAL-E-COMPETITIVIDADE-DO-SETOR-EXPORTADOR-BRASILEIRO-NO-PERIODO-RECENTE-uma-avaliacao-a-partir-da-Teoria-de-Relacoes-Internacionais-TRI.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

SCHACHT, Kira. **Os reais vencedores da guerra comercial entre EUA e China**: importadores americanos recorrem a outros países após elevação das tarifas para itens chineses determinada pelo governo Trump. México e nações do sudeste asiático estão entre os

que mais lucram com a disputa, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-reais-vencedores-da-guerra-comercial-entre-eua-e-china/a-55448883>. Acesso em: 24 ago. 2021.

STRANGE, Susan. **States and Markets**: an introduction to international political economy. London: Pinter Publishers, 1988. 265 p.

TREVISAN, Karina. **Guerra comercial: entenda as tensões entre China e EUA e as incertezas para a economia mundial**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini. **A ALCA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**. São Paulo: Cedec, 2005. 4 p.

WILLIAMS, Brock R.. **African Growth and Opportunity Act (AGOA)**: background and reauthorization. Washington: Congressional Research Service, 2015. 27 p.